

Sumário

Número de notícias: 53 | Número de veículos: 39

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JC CONTABILIDADE
ANFIP

Congresso precisa definir o texto da reforma que seguirá em frente.....5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corte de burocracia pode poupar R\$ 3,5 bi.....6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

MP busca modelo internacional de proteção ao acionista.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco orienta sobre exclusão de ISS do PIS/Cofins.....8

CORREIO DE SERGIPE - SE - CORREIO URBANO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carga tributária caiu para 31,64% do PIB em 2020.....9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Por que economistas chamam Orçamento de "peça de ficção".....10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Impasse trava corte de emendas do Orçamento.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Déficit em fevereiro recua ante 2020.....15

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário-maternidade pode ser estendido.....16

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Com restrições em assistência social, planejamento previdenciário é estratégico, diz
especialista.....17

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Bolsonaro sanciona lei que amplia margem do crédito consignado para aposentados.....18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Justiça suspende reabertura.....19

O POPULAR - GO - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Transparência na crise (2).....20

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Governadores manifestam indignação às fake news - FIO DIRETO.....22

JORNAL DA CIDADE - SE - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Recebimento indevido 1 - PERISCÓPIO 23

JORNAL DA CIDADE - SE - POLÍTICA/OPINIÃO
CONGRESSO EM FOCO

Governo tenta emplacar projeto polêmico 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso está aberto a negociar correções no texto, afirma Pacheco 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão da reforma tributária faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida 27

FOLHA ONLINE - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Um ano de combate à pandemia: a potência das organizações da sociedade civil em tempos de crise 29

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Biden tenta reverter décadas de desigualdade em novo pacote que será anunciado nesta quarta 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

R\$ 2,7 bilhões em renegociação 33

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Subestimar despesa leva a retrocesso nas contas públicas, diz Tesouro 35

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento (2) 36

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputado propõe dar a Bolsonaro poder "de guerra" 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carga tributária fecha 2020 no menor nível em dez anos 39

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem mudar, nada feito (3) 40

O TEMPO - MG - A PARTE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ICMS sobre combustíveis I 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Reembolso maior com saúde 42

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Corte de R\$ 31,9 bi 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

IGP-M pode elevar aluguel em 30%..... 44

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Visto, lido e ouvido - VISTO, LIDO E OUVIDO..... 45

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada..... 47

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Efeito do fim do auxílio na economia foi menor que o esperado, diz presidente do BC
..... 49

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobe 1,23%..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Secretário do Tesouro descarta má intenção em despesa 'maquiada'..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro..... 53

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Cuidando do caminho para 2022 - ZEINA LATIF..... 55

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Orçamento tem de ser revisto para evitar "apagão da caneta"..... 59

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Movimento mais forte na Selic aumenta eficiência, diz BC..... 61

ZERO HORA - RS - NOTÍCIAS
ECONOMIA

O impasse de Bolsonaro: pedalada ou briga com centrão - MAIS ECONOMIA..... 62

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Brasileiros estão pessimistas com a economia..... 64

DIÁRIO DO PARÁ - PA - BRASIL
ECONOMIA

Risco de golpe - HÉLIO SCHWARTSMAN..... 66

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Pagamento por whatsapp será aprovado..... 67

JORNAL DA CIDADE - SE - ECONOMIA/OPINIÃO
ECONOMIA

Orçamento com "pedaladas" será analisado pelo TCU..... 68

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

FAs não são para sustentação política 69

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Ricardo Salles, a bola da vez 71

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Presidente manda, mas não lidera (2) 72

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
POLÍTICA

Presidente usa trocas para navegar em mares mais turbulentos (2) 73

O GLOBO - RJ - PAÍS
POLÍTICA

Mourão descarta chance de "ruptura institucional" 74

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
POLÍTICA

Novos ministros devem estreitar relação entre o GDF e o Planalto 75

O GLOBO - ON LINE - RJ - ANCELMO GOIS
POLÍTICA

No Twitter, reforma ministerial de Bolsonaro rendeu mais comentários que a Covid-19
..... 77

DEZ MINUTOS - AM - POLÍTICA
COMUNICADO

Comandantes da Defesa foram surpreendidos com demissão 78

Congresso precisa definir o texto da reforma que seguirá em frente

Ainda que não estejam no topo da lista de prioridades do Congresso Nacional devido à pandemia, as reformas seguem sendo pontos importantes de acordo com os parlamentares. Prova disso é que os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM), e da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP), já assinaram um documento conjunto que aponta as medidas prioritárias para ambas as casas. Entre elas, está a retomada da **reforma tributária**, que tramita na Câmara e no Senado.

No final de fevereiro, o presidente da Câmara considerou possível a aprovação da reforma administrativa em até dois meses e da **reforma tributária** em até oito meses, ou seja, outubro de 2021. Porém, de lá para cá, a Comissão Mista destinada a consolidar o texto da Reforma Constitucional Tributária evoluiu muito pouco em seus trabalhos. Os presidentes da Câmara e do Senado também ainda não cumpriram com o compromisso de definir se a proposta começa a tramitar pelo Senado ou pela Câmara dos Deputados.

Estas definições são fundamentais uma vez que as duas propostas são semelhantes em seus objetivos, mas diferentes no conteúdo, como abrangência, prazos de transição e grau de autonomia de União, estados e municípios de fixarem alíquotas de **impostos**, taxas e contribuição.

As duas PECs propõem a substituição dos principais **tributos** de produtos e serviços -ICMS, IPI e PIS/Cofins - pelo Imposto de Bens e Serviços (IBS), que é um imposto do tipo valor adicionado. Ambas têm o objetivo de simplificar e tornar menos oneroso o recolhimento dos **tributos**, do ponto de vista da burocracia, do tempo necessário para gerir essas obrigações tributárias.

Porém, guardam diferenças. No caso da PEC 45, há dois prazos. O IBS será implantado em dez anos no que diz respeito à extinção integral dos antigos **tributos** e a vigência plena do novo. Para a conclusão da partilha da receita do novo tributo entre os entes federativos (União, estados e municípios), o prazo é de 50 anos.

No caso da PEC 110, mais **impostos** são consolidados no IBS e os prazos previstos são mais céleres: seis anos para extinção de antigos **tributos** e

dez anos para a conclusão da partilha. Essa proposta constitucional tem o mesmo conteúdo do substitutivo da Proposta de Emenda Constitucional nº 293/04, relatada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB), que estava pronta para ser votada em comissão em 2018.

Além dessas duas propostas com maior possibilidade de votação, há outras tramitando no Congresso Nacional. É o caso da Emenda Substitutiva Global 178/2019 assinada pelos partidos da oposição na Câmara (PT, PCdoB, PDT, PSB, PSOL e Rede). A emenda substitui o relatório da PEC 45 e é baseada no documento A **Reforma Tributária** Necessária, elaborado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais (**Anfip**), Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) e Plataforma Política Social. O documento prevê a tributação da renda, da propriedade e da riqueza, das transações financeiras, de bens e serviços, da folha de pagamentos, e cria novas formas de arrecadação como a tributação ambiental e a tributação do comércio internacional.

Corte de burocracia pode poupar R\$ 3,5 bi

Lu AikoOtta De Brasília

O governo estima que proporcionará ao setor privado uma economia de R\$ 3,5 bilhões ao ano com a eliminação de travas à importação e burocracia, e mais R\$ 80 milhões em taxas pagas ao governo nessas operações, disse ao Valor do secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz. Boa parte dessa economia virá da Medida Provisória (MP) de Ambiente de Negócios, anunciada na segunda-feira passada.

Outro ponto de impacto é o que torna obrigatória a adesão de 22 órgãos que atuam na autorização de importações, como a Anvisa e o Inmetro, ao Portal Único do Comércio Exterior.

"O intuito é desburocratizar, tomar os sistemas mais simples, desonerar", afirmou o secretário de Comércio Exterior. "Em resumo, aumentar a qualidade da intervenção do Estado na economia ou, como diz o ministro Paulo Guedes, tirar o governo do cangote do empresário." Já implantado para as exportações, o Portal Único do Comércio Exterior reduziu o tempo gasto com procedimentos na operação de 13 para sete dias. Nas importações, o funcionamento ainda é parcial e deverá chegar a 100% apenas em 2022.

Todo o trabalho já vem sendo feito sem que o portal esteja numa lei. Segundo Ferraz, tornar obrigação legal a adesão dos órgãos anuentes é importante para não repetir o que aconteceu com o Siscomex. Criado para ser uma janela única, o sistema acabou sendo parcial, com vários órgãos criando sistemas próprios.

A MP também concretiza o fim do Siscoserv, um sistema criado para registrar importação e exportação de serviços.

Complexo e burocrático, o sistema foi desligado em agosto passado. Com isso, empresas foram dispensadas de fazer 5,4 milhões de registros por ano.

A MP também proíbe a exigência de Licenças de Importação (LI) para verificação do preço dos produtos importados. Segundo o secretário, existia uma espécie de lista de preços mínimos para bens vindos do exterior, com o objeto de evitar irregularidades como o subfaturamento.

Ocorre que essa exigência criava uma espécie de reserva de mercado. "É abuso de poder regulatório", afirmou. Para combater fraudes, disse ele, foi criado um grupo com integrantes da **Receita Federal** e da

Secretaria de Comércio Exterior para apurar denúncias.

Com essa proibição, que já vem sendo aplicada gradualmente desde outubro, foram eliminadas 350 mil Lis por ano. As taxas que as empresas deixam de pagar somam R\$ 30 milhões e a eliminação do custo da mercadoria parada chega a R\$ 1 bilhão.

A MP também deixa de exigir LI para mercadorias suspeitas de virem de um país diferente do informado. Segundo Ferraz, a simples suspeita dessa prática levava o Brasil a exigir licenças para a importação do produto, independentemente de sua origem. Com a MP, as operações seguirão normalmente, enquanto é feita a investigação.

Com essa e outras medidas já adotadas pela Camex, o número de licenças dispensadas chega a 600 mil por ano. É um corte de 50%. A economia com taxas pagas pelas empresas chega a R\$ 50 milhões por ano e o custo eliminado com a demora na importação é da ordem de R\$ 2,5 bilhões.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186774

MP busca modelo internacional de proteção ao acionista

Lu Aiko Otta

A Medida Provisória (MP) do Ambiente de Negócios procura dar aos acionistas minoritários no Brasil condições semelhantes às de investidores das economias avançadas, disse ao Valor o secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade, Geanluca Lorenzon. As alterações propostas tiveram por base o modelo de proteção aos acionistas minoritários do Banco Mundial.

"À medida em que mais e mais pessoas entram na bolsa de valores, é preciso proporcionar a elas o mesmo ambiente oferecido por outros países", comentou. Mais de 2 milhões de pessoas passaram a investir em ações no ano passado. O governo estima que ganhará três posições no ranking do relatório Doing Business, do Banco Mundial, apenas ao estabelecer que determinadas decisões de uma empresa terão de ser submetidas à assembleia geral de acionistas.

Isso se aplica a decisões como vender um ativo ou fazer um novo investimento, em montantes superiores a 50% do valor da empresa. Os parâmetros para essa submissão ainda serão fixados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), informou.

Atualmente, o Brasil ocupa a 124ª posição entre 190 países analisados pelo Banco Mundial. No relatório que será divulgado em maio, deverá ter avançado de 5 a 15 posições, estima Lorenzon. A MP deverá render um ganho de 20 posições na edição de 2022.

A MP, que foi publicada ontem no Diário Oficial da União e recebeu o número 1.040, será analisada pelo Congresso Nacional. "Estamos 100% abertos a sugestões de melhoria", afirmou. "MP é para isso mesmo: ser aperfeiçoada e ficar o melhor possível."

Os comentários foram feitos quando o secretário foi questionado sobre informação, publicada no Valor, de que especialistas consideraram necessário alterar o artigo 115 da Lei 6.404, que trata do voto do acionista em potencial situação de conflito de interesse.

Outra alteração muito simples, a de estabelecer um prazo de 30 dias de antecedência para a primeira convocação de assembleia geral, deverá render mais uma posição no ranking Doing Business para o Brasil.

O padrão internacional são 21 dias, mas aqui o prazo era de 15 dias.

Há modificações contidas na MP que já são praticadas no Brasil. É o caso da obrigação de haver conselheiro independente e proibir que o CEO não acumule o cargo de presidente do conselho. Cada uma eleva a posição do Brasil em uma posição.

A MP de Ambiente de Negócios tem 20 pontos principais que vão desde a proteção aos minoritários até a autorização para que tradutores e intérpretes atuem fora do Estado em que são registrados.

Coordenador do trabalho de elaboração da MP, Lorenzon considera que o ponto mais importante é o que unifica os registros das empresas no CNPJ.

Assim como as pessoas físicas terão no CPF um registro único, sem precisar mais de número de título de eleitor e carteira de motorista, por exemplo, as empresas serão identificadas pelo CNPJ perante o Fisco federal, mas também aos Estados e municípios.

Os entes subnacionais têm prazo de 60 dias para integrar seus serviços com o da **Receita Federal**.

Até o fim do ano, disse o secretário, será possível registrar uma empresa num dia e começar a emitir notas fiscais no dia seguinte.

Esse é o padrão das economias que estão no top 50 do ranking Doing Business, disse. Aqui no Brasil, o processo de abertura de empresas toma de duas a três semanas no Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas praças pesquisadas para elaboração do ranking. A mudança pode dar ao Brasil mais quatro posições.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Fisco orienta sobre exclusão de ISS do PIS/Cofins

Bárbara Pombo

Empresas que contratam prestadores de serviços com decisão judicial para excluir o ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins devem recolher integralmente as contribuições, sem deduzir a parcela referente ao imposto municipal. A orientação consta da Solução de Consulta nº 36, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da **Receita Federal**.

Publicada na segunda-feira, a interpretação da Cosit, de acordo com advogados, vincula os auditores fiscais e todos os contribuintes na mesma situação.

Alguns prestadores de serviço são obrigados por lei a reter, em guia única, o valor do PIS e da Cofins e da CSLL com alíquota de 4,65% sobre o valor bruto da nota fiscal. Com isso, o tomador adianta o recolhimento à **Receita Federal** e paga ao prestador o montante contratado com o desconto dos **tributos**.

A consulta à Receita foi formulada por empresa que presta serviços contábeis, financeiros e de suporte de tecnologia da informação (TI). Ela possui decisão judicial para excluir o ISS da base de cálculo das contribuições sociais e queria saber se a determinação se estende à retenção na fonte.

A resposta da **Receita Federal** foi negativa. Para a Cosit, a "retenção é norma que tem força própria e independente". Logo, se a decisão judicial obtida pelo contribuinte não faz referência específica sobre a retenção deve prevalecer o artigo 30 da Lei nº 10.833, de 2003, que prevê a antecipação dos **tributos** sobre o valor total dos serviços prestados.

"Analisando-se o provimento judicial obtido pela consulente, não se verifica a discussão sobre a interpretação do artigo 30 da Lei nº 10.833, de 2003. Dessa forma, tendo em vista o comando legal, não é possível ao contribuinte excluir qualquer parcela do valor bruto da nota referente à retenção, nos termos do artigo 2º da IN RFB nº 459, de 2004", afirma a Cosit.

Douglas Campanini, sócio diretor da Athros Auditoria e Consultoria, diz que a interpretação da Receita pode gerar questionamentos. Na solução de consulta, acrescenta, a Cosit estabelece três condições para que decisões judiciais que suspendem total ou

parcialmente a exigência do tributo se reflitam na retenção na fonte.

Uma delas é que a ação judicial determine especificamente que o tomador recolha os **tributos** deduzindo os **tributos** inexigíveis - no caso concreto, que o PIS/Cofins seja adiantado descontada a parcela do ISS. "A decisão judicial teria que dar um comando para o tomador do serviço. As empresas terão que ter cautela para inserir esse pedido nas petições formuladas ao judiciário", afirma Campanini.

Para o advogado Breno de Paula, trata-se de "ativismo" da **Receita Federal** para tentar tornar sem efeito as ordens do Judiciário. "A decisão judicial obtida pelo contribuinte deve ser cumprida por todos, inclusive pelos tomadores de serviço."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Carga tributária caiu para 31,64% do PIB em 2020

Agência Brasil

A prévia da carga tributária (peso dos **impostos** e demais **tributos** sobre a economia) caiu para 31,64% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2020, divulgou, nessa terça-feira (30), o Tesouro Nacional. Em 2019, o mesmo indicador tinha atingido 32,51%, diferença de 0,87 ponto percentual.

Segundo o Tesouro, dois fatores pesaram para a diminuição da carga tributária. O primeiro foi a contração da atividade econômica decorrente da pandemia de covid-19. Com a queda na produção e no consumo, menos pessoas pagam **impostos**. Isso pode ser explicado pelo recuo de 0,55 ponto percentual do **PIB** na arrecadação de **tributos** sobre bens e serviços.

O segundo fator foi a isenção de vários **tributos** durante a pandemia. Somente a redução a zero do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito, que vigorou de abril a dezembro do ano passado, respondeu por uma redução de 0,26 ponto percentual do **PIB**.

Outros **tributos** com destaque na redução da carga tributária foram o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins), com impacto negativo de 0,34 ponto percentual, e o Imposto sobre Serviços (ISS), administrado pelos municípios, com recuo de 0,06 ponto percentual. Os dois **tributos** são ligados ao consumo e refletem a queda nas vendas.

Todo mês de março, o Tesouro divulga uma estimativa própria da carga tributária do ano anterior. Isso é necessário porque os dados são incluídos na prestação de contas da Presidência da República e a **Receita Federal** só divulga os dados oficiais de carga tributária no segundo semestre.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/index.jsp?serviceCode=login&edicao=114742#page/12>

Por que economistas chamam Orçamento de "peça de ficção"

Thais Carrança

"Peça de ficção", "retomo das pedaladas fiscais", "vergonhoso", "inexequível", "acinte à transparência no trato da coisa pública".

Essas foram algumas das expressões usadas nos últimos dias por parlamentares, economistas e até mesmo técnicos do governo para classificar o Orçamento federal para 2021.

A previsão de gastos do governo foi aprovada pelo Congresso Nacional na semana passada, com três meses de atraso, e às vésperas do início da discussão sobre o Orçamento de 2022 -o Executivo costuma encaminhar o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do ano seguinte até 15 de abril de cada ano.

Quais são os problemas do Orçamento aprovado? Há risco de o governo parar por falta de dinheiro? Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"? Tem como consertar?

A BBC News Brasil ouviu Felipe Salto, diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado, e Carlos Kawall, diretor da gestora ASA Investments e ex-secretário do Tesouro, para tirar essas e outras dúvidas sobre o Orçamento de 2021.

*

1. Quais os principais problemas do Orçamento?

Kawall e Salto explicam que o principal desafio na elaboração do Orçamento para 2021 é o cumprimento da regra do teto de gastos, que limita o crescimento da despesa de cada ano à variação da **inflação** no ano anterior.

"No fim do ano passado, tivemos uma surpresa inflacionária, com a **inflação** muito acima do esperado, particularmente no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que corrige despesas obrigatórias como Previdência, abono salarial e BPC (Benefício de Prestação Continuada, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Todas as despesas que estão ligada ao salário mínimo", diz Kawall.

INPC é o indicador que mede a variação dos preços

para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Ele é usado como referência nas negociações salariais no setor privado e no reajuste anual do mínimo pelo governo.

Com a disparada do preço dos alimentos no ano passado, o IN PC fechou 2020 em alta de 5,45%, acima da expectativa do governo, que era de um avanço de 2,09%. Com isso, o salário mínimo para este ano foi fixado em R\$ 1.100, ante previsão do governo em agosto de um salário-base de R\$ 1.067 Para 2021.

"Isso criou uma defasagem entre o valor que estava no Orçamento para essas despesas e o que efetivamente se vai gastar agora", diz o economista.

2. Há risco de o governo parar por falta de dinheiro?

Segundo os economistas, esse risco, de fato, existe.

Em 22 de março, o Ministério da Economia estimou que as despesas obrigatórias (que são cerca de 92% do total) estavam subestimadas em cerca de R\$ 17 bilhões.

Para resolver o problema, seria necessário contingenciar o gasto discricionário, como é chamada aquela fatia do Orçamento sobre a qual o governo tem algum poder de decisão sobre o uso. É diferente do que acontece com o gasto obrigatório, que não pode ser redirecionado.

"Ocorre que, na hora da aprovação do Orçamento -até onde sabemos, de comum acordo com a cúpula do governo-, o relator [senador Márcio Bittar, do MDB do Acre] tirou das despesas obrigatórias um valor adicional de R\$ 26 bilhões, pra destinar mais recursos a emendas parlamentares", diz Kawall.

"Então, imagina: eu já estou devendo R\$ 17 bilhões, o relator vai lá e aumenta essa dívida em R\$ 26 bilhões, gerando uma deficiência no Orçamento de mais de R\$ 43 bilhões. O que era mim ficou inviável"

Segundo Kawall, R\$ 7 bilhões podem ser abatidos desse "rombo", porque houve uma decisão do Codefat (Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador) de postergar o pagamento de parte do abono salarial de 2021 para 2022. O abono é uma

espécie de "14º salário" pago a trabalhadores com carteira assinada que recebem baixos rendimentos.

A mudança de calendário do abono ainda depende da edição de medida provisória. Se aprovada, ainda assim, o buraco nas contas seria de cerca de R\$ 36 bilhões, estima Kawall.

"O valor de R\$ 36 bilhões é mais de 0,5% do **PIB**. Sob qualquer métrica, é muita grana."

Para compensar esse montante com redução de despesas não obrigatórias, isso significaria reduzir esse tipo de gasto para cerca de R\$ 54 bilhões. O patamar é considerado inviável.

O nível "confortável" para a despesa não obrigatória é estimado entre R\$ 100 bilhões e R\$ 110 bilhões. Entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões é considerado um limite extremo.

"Os R\$ 54 bilhões não são factíveis. Você não tem como garantir o custeio da máquina, aí começam problemas como falta de dinheiro para emitir passaporte, para pagar contas de luz e água de órgãos públicos, e tudo mais que é necessário para o custeio do governo."

3. Por que se fala novamente em "pedaladas fiscais" e "contabilidade criativa"?

Segundo Kawall, há um ponto em comum entre as manobras fiscais que levaram ao impeachment de Dilma Rousseff (PT) e os problemas do Orçamento aprovado pelo Congresso na semana passada.

"O que une as duas experiências históricas é a ideia de gastar mais. De encontrar uma maneira de contornar a regra fiscal -lá a Lei de Responsabilidade Fiscal, aqui o teto de gastos- no intuito de fazer mais gasto", diz o economista da ASA Investments.

Salto, da IFI, diz que os dois casos têm em comum Orçamentos distantes da realidade.

"A chamada "contabilidade criativa", como ficou conhecida no período de 2008 a 2014, foi um conjunto de práticas que permitiu aumentar o gasto público, respeitando a meta de gasto primário, mas alterando essa meta", diz o economista, lembrando que, por exemplo, investimentos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) foram abatidos, depois desonerações.

Kawall lembra ainda o uso de bancos públicos para financiar o Tesouro.

"O Orçamento de 2021 pode abrir a porta para

problemas similares, porque a peça orçamentária está muito distante da realidade", avalia Salto. "Então esse é um risco que precisa ser mapeado, pois pode ensejar práticas de contabilidade criativa que já prejudicaram muito no passado as contas públicas."

4. Tem como consertar?

Segundo os economistas, sim, mas não há solução simples.

"Quando a realidade se impuser, o Executivo vai ter que suplementar as despesas obrigatórias. Porque ele vai ter que pagar aos aposentados, não vai deixar sem pagar", diz Salto.

Somente na Previdência, a estimativa de despesa do Orçamento aprovado é de R\$ 690,9 bilhões, ante previsão da IFI de um gasto necessário de R\$ 704,5 bilhões e projeção do governo de desembolso de R\$ 712,9 bilhões. Ou seja, somente no **INSS**, estariam faltando entre R\$ 13 bilhões e R\$ 22 bilhões, a depender da estimativa mais ou menos conservadora.

"Para fazer essa suplementação, o governo teria duas opções: ou fazer contingenciamentos ou reestimar a receita. Mas reestimar a receita não resolve, devido ao teto de gastos", diz Salto.

Isso porque, pela regra do teto, o crescimento do gasto é limitado à **inflação** do ano anterior, independentemente de **haver** mais ou menos arrecadação de **impostos**.

Assim, a única opção é contingenciar. Para cortar despesas do próprio Executivo, esbarra-se no fato de que elas estão num limite muito baixo e há risco de "shutdown", como explicou Kawall.

"Outra opção é cortar emendas parlamentares, mas elas não podem simplesmente ser cortadas para complementar despesas obrigatórias. A lei não permite. Então muito provavelmente será preciso enviar projeto de lei para fazer isso", conclui Salto.

"Então o Executivo está diante de um problema muito grave: ele vai ter que suplementar as despesas obrigatórias, criar as condições técnicas e jurídicas para conter as despesas discricionárias, e assim cumprir o teto de gastos", diz Salto, destacando que, pelas contas da IFI, o corte de despesas necessário seria de R\$ 31,9 bilhões.

5. Por que o Orçamento de 2021 gerou tantas críticas?

"Foi uma grande lambança. Um episódio muito ruim do ponto de vista da sinalização do compromisso do Congresso com o arcabouço fiscal do próprio

governo", diz Kawall.

Segundo o economista, a aprovação do Orçamento também explicitou a falta de compromisso dos dois presidentes recém-eleitos da Câmara e do Senado com as reformas necessárias para reestabelecer o equilíbrio da trajetória da dívida pública.

"Outro ponto que deixou a todos atônitos é que o aumento de gastos não foi feito em resposta à pandemia", afirma Kawall.

"Muita gente acreditava que o governo fosse usar o novo decreto de calamidade [incluído na PEC Emergencial aprovada em fevereiro] para tentar fazer mais gastos com auxílios via créditos extraordinários, como no ano passado", diz o economista.

"O que deixa a mensagem dessa "pedalada" mais amarga é ver que não. Eles não fizeram isso para ter mais dinheiro para combater a pandemia, para apoiar os necessitados. Fizeram isso para poder ter mais emenda parlamentar, mais gasto com uma ótica puramente eleitoral."

"É uma postura política abominável das lideranças políticas do Congresso, com o beneplácito do Executivo. Num momento tão dramático como o que estamos vivendo, de falta de vacina, falta de oxigênio, falta de recursos para apoiar os mais pobres, o Congresso simplesmente olhar para sua própria barriga e aprovar uma flagrante ilegalidade com fins meramente eleitorais. Então tem esse lado chocante também do ponto de vista humano", conclui o economista.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Impasse trava corte de emendas do Orçamento

Daniel Weterman, Adriana Fernandes, IDIANA TOMAZELLI e CÉLIA FROUFE

Uma crise entre a Câmara e o Senado por verbas federais desencadeou nova negociação do Congresso com o governo para cancelar parte das emendas parlamentares que receberam a digital do relator do Orçamento, senador Marcio Bittar (MDB-AC). O impasse não se resume ao tamanho do corte nos R\$ 31,3 bilhões de emendas incluídas no projeto aprovado, mas também tem a ver com o momento em que será feita a tesourada.

Bittar admite fazer as alterações ao "longo do ano" e abrir mão de parte das emendas, em negociação com o Executivo.

Essa solução, porém, não resolve o problema para a equipe econômica, que terá de ordenar um corte forte do Orçamento assim que o texto for sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro.

O relator vai discutir as mudanças com a nova ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda. Ele se recusou a fazer ajustes imediatos na proposta, aprovada semana passada, antes do envio do texto à sanção presidencial - como exigiu o comando da Câmara, criando uma tensão nos bastidores.

Bolsonaro avalia vetar parte do Orçamento aprovado pelos parlamentares e enviar um novo projeto para o Congresso com ajustes no texto. O Ministério da Economia se recusa a dar aval a todas as emendas incluídas pelo relator de última hora, mas abriu uma negociação para acomodar as demandas. O impasse se dá, principalmente, pela necessidade de recompor despesas obrigatórias, como na **Previdência Social**.

A confusão na aprovação do Orçamento desgastou ainda mais a relação do Congresso com o Ministério da Economia.

Parlamentares "jogaram no colo" do ministro Paulo Guedes o aval para o corte em despesas obrigatórias, que abriu caminho para o festival de emendas na semana passada.

Ontem, o Congresso consolidou as alterações feitas na semana passada e o texto da Lei Orçamentária Anual (LOA) está pronto para ser enviado à sanção de

Bolsonaro. A Câmara, porém, ainda cobra ajustes do relator.

"Nada foi feito sem que as sugestões fossem acatadas. Não fiz nenhuma mudança de corte da minha cabeça, a não ser o do Censo do IBGE", afirmou Bittar.

Os cortes na Previdência foram negociados pelos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), com representantes do governo (inclusive Ministério da Economia), uma semana antes da aprovação da Lei Orçamentária Anual.

A colegas do Senado, Bittar reclamou que o Ministério da Economia aprovou os cortes nas despesas obrigatórias. O time de Guedes, por sua vez, diz que não houve negociação no tamanho feito pelo relator.

Acordo. Inicialmente, o acordo era para um corte de R\$ 16,5 bilhões em abono salarial, seguro-desemprego e economia com combate aos gastos na própria Previdência. Isso deixaria a necessidade de suplementar a Previdência entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2,5 bilhões, com medidas a serem adotadas ao longo do ano.

Na sequência, o relator negociou cortes em subvenções agrícolas atendendo demandas de ministros do próprio governo.

O aumento das verbas para obras e projetos de interesse eleitoral foi feito por meio das emendas de relator, incluídas por Bittar no projeto. Paralelamente a isso, o Congresso derrubou um veto para obrigar o governo a pagar esses recursos.

Com os cortes, o relator carimbou R\$ 17 bilhões em emendas conforme a indicação dos parlamentares e R\$ 12 bilhões atendendo a pedidos de ministros.

No final das contas, ainda entrou R\$ 1 bilhão para quitar promessas pendentes do Palácio do Planalto com parlamentares.

Integrantes da Câmara apontaram um acréscimo fora do combinado e pediram ajustes após a votação no plenário, o que não ocorreu.

"Tem de cumprir o acordo que foi feito com o governo", afirmou o deputado João Carlos Bacelar (PLBA).

A articulação caberá à nova ministra da Secretaria de Governo, que presidiu a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso e intermediou a negociação das verbas durante a votação.

Contas públicas têm rombo de R\$ 21,2 bilhões

As contas do governo central tiveram déficit em fevereiro, após um mês de contas no azul, informou o Tesouro. No mês passado, a diferença entre as receitas e as despesas ficou negativa em R\$ 21,217 bilhões.

Ainda assim, o resultado - que reúne as contas do Tesouro, **Previdência Social** e Banco Central - foi o melhor desempenho para o mês desde 2019. Em janeiro, o governo havia registrado superávit de R\$ 43,219 bilhões.

Em fevereiro de 2020, o rombo havia ficado em R\$ 25,858 bilhões.

O déficit do mês passado foi menor que as expectativas do mercado, cuja mediana apontava saldo negativo de R\$ 26,300 bilhões, de acordo com levantamento do Projeções Broadcast com 15 instituições financeiras.

O dado ficou dentro do intervalo das estimativas, que eram de déficit de R\$ 16,311 bilhões a R\$ 32,700 bilhões.

Em fevereiro, as receitas tiveram alta real de 6,8% em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas subiram 2,3% na mesma comparação, já descontada a **inflação**. No primeiro bimestre, o resultado das contas mostra superávit de R\$ 22,356 bilhões, o melhor desempenho para o período desde 2013.

Já em 12 meses até fevereiro, o governo central apresenta um rombo de R\$ 776,8 bilhões - equivalente a 9,9% do **PIB**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Déficit em fevereiro recua ante 2020

Edna Simão e Fabio Graner De Brasília

O Tesouro Nacional e o Banco Central (BC) registraram superávit primário de R\$ 59,4 bilhões, o melhor bimestre da série histórica iniciada em 1997 (em valores corrigidos). Isso, garantiu o superávit primário do governo central de R\$ 22,4 bilhões no período, mesmo com o rombo de R\$ 37,074 bilhões com pagamento de aposentadorias. A conta da Previdência segue tendência de alta, apesar da reforma de 2019, devido ao fraco desempenho das receitas.

Após um janeiro positivo, em fevereiro, o governo central voltou a registrar déficit em suas contas e o rombo somou de R\$ 21,2 bilhões. No mesmo mês de 2020, o resultado negativo foi de R\$ 25,9 bilhões. O desempenho do governo central em fevereiro foi superior à mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava déficit de R\$ 27,6 bilhões para o período.

Apesar dos números positivos no início deste ano, quando se olha o acumulado em 12 meses a história é outra. Os dados ainda sofrem com a forte elevação dos gastos públicos para conter os efeitos da pandemia de covid-19 ao longo do ano passado.

Por isso, no acumulado em 12 meses, o déficit primário chega a R\$ 776,8 bilhões - o que representa 9,9% do **PIB**. A meta de déficit primário do governo central para este ano é de R\$ 247,1 bilhões.

No caso da Previdência, que mais pressiona as contas públicas, o déficit acumulado em 12 meses considerando o Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) Civil e pensão e inativos militares totalizou R\$ 371,6 bilhões (4,8% do **PIB**). Segundo Funchal, o aumento mais expressivo é no RGPS que sofre com a queda da arrecadação e ainda não se beneficia com o impacto da reforma da Previdência, como já acontece no regime dos **servidores públicos** e pensão e inativos militares.

Para o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, a reversão do alto déficit primário do governo central em 12 meses só deve ser vista no fim do ano ou possivelmente em 2022. Ele defendeu avanço na discussão de redução do gasto tributário, o que possibilitará uma diminuição mais rápida do endividamento público e contribuirá para a retomada de investimentos privados com geração de emprego e

renda. Levantamento do Tesouro, considerando a potência total da PEC Emergencial, a dívida pode cair a 72,5% do **PIB** até 2030 - o cenário-base é de 83,3% do **PIB** em 2030.

"Se quisermos acelerar redução da dívida para cenário com potência total, temos que implementar redução de gastos tributários", contou. O cenário-base tem como premissa a não renovação dos gastos tributários que perdem validade até 2030. O cenário mais otimista considera a redução dos gastos tributários até o nível de 2% do **PIB**.

O subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal, Pedro Jucá Maciel, afirmou que o maior desafio para o cumprimento do teto pelo Poder Executivo será em 2021. Isso deve acontecer de -vido ao descasamento entre o índice inflacionário usado para correção de despesas e do teto de gastos. "Em 2022 o Poder Executivo terá mais alívio para cumprimento do teto de gasto. "No primeiro bimestre, o comprometimento do teto de gasto foi de 14,9%.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186774

Salário-maternidade pode ser estendido

Eduardo Brito

O salário-maternidade poderá ser prorrogado para além dos 120 dias regulares nos casos em que a mãe ou o recém-nascido tenham complicações médicas e necessitem de maior tempo de internação. A mudança foi regulamentada em portaria do Ministério da Economia.

A alteração aconteceu em cumprimento à decisão cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.327, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O salário-maternidade é o benefício devido à mulher que se afasta

de sua atividade, por nascimento de filho, aborto não criminoso, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, e pode ser solicitado junto ao Instituto Nacional de **Seguridade Social (INSS)**.

O pagamento começa no dia do parto ou até 28 dias antes. A mãe também pode fazer o pedido até 92 dias após o nascimento do bebê.

O advogado previdenciário, Rafael Vasconcelos, disse que com a mudança, mães que necessitem de tempo prolongado de internação após o parto terão o período coberto pelo benefício.

"A decisão é para proteger tanto a mãe quanto o recém-nascido que precisem de cuidados médicos por um tempo maior nesse momento importante para a família, que é a chegada de um filho", comentou.

Também advogada previdenciária, Tamires Freitas explica que tanto mães que trabalham com carteira assinada quanto aquelas que são autônomas podem receber o benefício.

"Em caso de carteira assinada, a prorrogação é feita diretamente com o empregador, pois a ele compete o pagamento do benefício durante todo o período, incluindo a internação e o prazo do salário-maternidade. Para microempreendedora individual (MEI) e empregada com contrato de trabalho intermitente, o pagamento do benefício é efetuado diretamente pelo **INSS**", ressaltou.

Manuely Mattos, advogada previdenciária, comentou que ninguém recebe menos do que o valor de um salário mínimo.

"Para as mulheres que têm carteira assinada ou que exercem trabalho doméstico ou avulsas, o benefício tem o mesmo valor do salário recebido. Já as mães que trabalham de forma autônoma e contribuem com a previdência, o salário será de 1/12 avos da soma dos últimos 12 salários de contribuição em até 15 meses", declarou a advogada.

Com restrições em assistência social, planejamento previdenciário é estratégico, diz especialista

Por G1 Ribeirão Preto e Franca

Depois da constatação de que as novas regras do auxílio emergencial excluirão muitos cidadãos da proteção da assistência social, planejar a aposentadoria passou a ser uma das quatro saídas para ter renda futura sem trabalhar.

Você tem dúvidas sobre aposentadoria? Envie para o e-mail podeperguntar@eptv.com.br.

Agência da **Previdência Social**; **INSS** - Foto: Divulgação

Segurança na previdência

Durante os momentos mais difíceis da vida dos brasileiros, como na pandemia da Covid-19, a Previdência cumpriu grande parte dos seus objetivos sociais e mostrou que, pelo menos, merece um voto de confiança. Apesar dos pesares.

Antecipou o pagamento do décimo terceiro, não atrasou o precatório, continuou concedendo e mantendo os benefícios programáveis e criou fórmula para antecipar os benefícios de risco como o auxílio por incapacidade temporária sem perícia presencial.

Viver ou sobreviver

A diferença entre viver biologicamente e gozar a vida com dignidade está diretamente relacionada com o planejamento do futuro. O planejamento pode demandar tempo, mas a escolha tem que ser feita agora.

As formas de ter renda no futuro quando não poder ou não quiser trabalhar tem quatro dimensões: ter reserva financeira, depender de terceiros, receber ajuda assistencial do governo ou ter um benefício da previdência.

Somente duas dessas quatro opções podem coexistir: ter reserva e aposentadoria. As outras duas são puro assistencialismo.

Escolhas

O futuro é reflexo das escolhas do presente e os momentos difíceis ditam as decisões para definirmos o que queremos. Se vamos alcançar, é outra conversa.

O assistencialismo governamental está mostrando que não tem como amparar todos os vulneráveis. As famílias que vivem em regime de economia familiar comum não têm como garantir a renda segura e acumular uma reserva matemática que resista ao tempo não é fácil.

A Previdência, que é o ato de prever, precaver, prevenir, ter prudência, talvez seja uma ótima saída, não a única.

Planejamento Previdenciário

O **INSS** é um seguro social. É isso que significa o SS do **INSS**: Seguro Social. Não é como um seguro qualquer, de coisas que podem ser substituídas. É da vida, da saúde, da velhice, dos dependentes.

A Previdência não é como um seguro daqueles que se perde quando para de pagar. Dá para manter os direitos por até três anos sem contribuir. Talvez seja o momento de utilizar essa vantagem.

Reduzir o valor das contribuições também é uma ideia a ser analisada, principalmente quando se está pagando mais do que vai receber.

Para quem tem condições, há a possibilidade de aumentar o valor da contribuição e até ter um plano de **previdência complementar**. Esta é a finalidade do planejamento previdenciário.

Leia mais notícias sobre aposentadoria e direitos trabalhistas

Site: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/pode-perguntar/noticia/2021/03/31/pode-perguntar-entenda-os-diferentes-caminhos-de-garantir-renda-no-futuro.ghtml>

Bolsonaro sanciona lei que amplia margem do crédito consignado para aposentados

Luci Ribeiro

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.131/2021, que aumenta de 35% para 40% a margem de crédito consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) durante a pandemia de covid-19. A lei está publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira.

O limite ampliado terá vigência até 31 de dezembro deste ano. Do total, 35% devem ser reservados para empréstimos consignados e 5% para o abatimento da fatura do cartão ou para saque também no cartão de crédito. A lei sancionada é resultado da aprovação de projeto de conversão de medida provisória editada ano passado. Antes da MP, o limite era de 35%, dos quais 30% para empréstimos com desconto em folha e 5% para cartão de crédito.

A lei estabelece ainda que, quando não houver leis locais específicas definindo um percentual maior, a margem de 40% também será aplicada a militares das Forças Armadas, militares dos Estados e do Distrito Federal, militares da inatividade remunerada, **servidores públicos** de qualquer ente da Federação, **servidores públicos** inativos, empregados públicos da administração direta, autárquica e fundacional de qualquer ente da Federação e pensionistas de servidores e de militares.

A norma também abre a possibilidade de suspensão ou carência de todas as operações de crédito consignado - tanto as já firmadas quanto as futuras - por 120 dias. Mas, durante esse período, juros e encargos continuam a incidir.

Fica facultada a concessão de carência, por até 120 (cento e vinte) dias, para novas operações de crédito consignado, bem como para as que tenham sido firmadas antes da entrada em vigor desta Lei, mantida, em qualquer dos casos, a incidência, durante o período de carência, de juros e demais encargos contratados, diz o texto.

Pela lei, o **INSS** também está autorizado - até 31 de dezembro de 2021 - a conceder o auxílio por incapacidade temporária mediante apresentação pelo requerente de atestado médico e de documentos complementares que comprovem a doença informada

no atestado como causa da incapacidade .

Os requisitos para a apresentação e a forma de análise do atestado médico serão fixados em ato conjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia e do **INSS**.

A lei ressalta que a permissão de atestado médico e documentos adicionais para a liberação do benefício será adotada em caráter excepcional e a duração do benefício por incapacidade temporária dele resultante não terá duração superior a 90 dias . Pela lei atual, o benefício só poderá ser obtido após a constatação da incapacidade por meio de perícia médica.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2021/03/31/bolsonaro-sanciona-lei-que-amplia-margem-do-credito-consignado-para-aposentados.htm>

Justiça suspende reabertura

ANA ISABEL MANSURSAMARA SCHWINGEL

No dia em que o Distrito Federal alcançou o triste recorde de 94 mortes por covid-19 registradas em 24 horas - a maior quantidade desde o início da pandemia - a Justiça Federal determinou a volta das medidas que restringem atividades comerciais e serviços. A partir de amanhã, as normas que estavam em vigência até domingo voltam a valer, caso não haja decisão contrária por parte das instâncias superiores. A juíza federal Kátia Balbino, titular da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do DF, decidiu que as restrições continuarão a valer até que a ocupação dos leitos em unidades de terapia intensiva (UTIs) para covid-19 na rede pública de saúde esteja entre 80% e 85%. Além disso, a lista de espera por uma vaga não pode ter mais de 100 pessoas. O pedido de suspensão da reabertura partiu da Defensoria Pública da União (DPU), em 22 de março, três dias depois de publicado o decreto do governador Ibaneis Rocha (MDB) que tratava da flexibilização. A determinação não altera o toque de recolher das 22h às 5h ou a proibição da venda de bebidas alcoólicas após as 20h. No entanto, a magistrada acatou o pedido de unificação dos critérios de teletrabalho de **servidores públicos** e pela apresentação de medidas de fiscalização por parte da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no DF. Ao Correio, Ibaneis afirmou que decidirá hoje se entrará com recurso contra a decisão.

Pelo quinto dia consecutivo, o DF bateu recorde na média móvel de mortes. O índice chegou a 58,4 - aumento de 133,6% em relação ao resultado de 14 dias atrás. A média móvel de casos, por outro lado, caiu 7,26% na comparação com o indicador de duas semanas atrás. Diante do grave cenário, especialistas cobram restrições mais severas e preparação do sistema de saúde.

Breno Adaid, pesquisador do Centro Universitário lesb e pós-doutor em ciência do comportamento pela Universidade de Brasília (UnB), calcula que este foi o mês mais letal do DF desde o início da pandemia. "Em agosto, o pior período que tínhamos até agora, houve 1.052 registros de mortes. Neste março, que ainda não terminou, foram 1.074 óbitos. Resumindo, estamos no pior mês", destaca o especialista.

O boletim epidemiológico divulgado ontem pela SES-DF contabilizou 1.353 novos casos da covid-19, levando o total de infectados para 343 mil pessoas. Com as novas mortes notificadas, o total de vítimas subiu para 5.912. Para os próximos dias, a tendência,

segundo Breno, é de que o número de óbitos apresente redução, mas isso não significa que a situação se tornará mais confortável. "Estamos em fase de queda, mas, com a flexibilização, esses números vão subir novamente daqui a 14 dias. Em um cenário ideal, o sistema de saúde usaria essas duas semanas para se preparar a receber os pacientes do futuro", avalia.

O professor ressalta que, neste período, é essencial que haja abertura de leitos em UTIs voltadas ao tratamento da covid-19. Na tarde de ontem, a rede pública de saúde chegou a operar com 96% de ocupação de vagas. Na rede privada, a taxa chegou a 99%. Na fila de espera, por volta das 19h, 391 pessoas aguardavam transferência. Desses pacientes, 284 estavam com suspeita ou confirmação de infecção pelo novo coronavírus.

Negacionismo Para a infectologista Joana D'Arc Gonçalves, o momento cobra investimento em mais restrições. "Entendemos a dor e o sofrimento de quem está sem trabalho, mas, neste momento, a dor maior é ver pessoas morrendo ou sequeladas por causa da covid-19", afirma. Para ela, a recente reabertura do comércio e das atividades não essenciais pode impactar na piora da situação nos próximos dias. "Precisamos de um lockdown de verdade, total", cobra a médica.

A especialista pede, também, que a população tenha mais consciência. "Sabemos que todos estão cansados, exaustos dessa pandemia, mas precisamos seguir as medidas de segurança e os protocolos sanitários. Só assim vamos sair dessa situação", alerta. Além do pedido, Joana critica: "Não fizemos o que deveria ser feito. Temos é um negacionismo muito forte, mas preciso frisar que não estamos confortáveis. Este não é o momento de achar que está tudo bem. Os hospitais estão lotados", completa.

Para ajudar no atendimento de pacientes com covid-19, o Executivo local deve divulgar, esta semana, o resultado preliminar da convocação de profissionais de saúde aposentados. São 250 vagas para atuação na linha de frente. Até o momento, os que mais aderiram foram enfermeiros e técnicos.

Transparência na crise (2)

Redação

O tema Transparência Pública é um dos que mais ganham evidência na pandemia da Covid-19, levando os órgãos de controle a estabelecerem normas de apresentação de dados à população. O despertar ocorre pela mutação e aperfeiçoamento da administração pública em trazer respostas eficazes à evolução da doença.

A verdade é que a cultura administrativa do Estado brasileiro é de que o país sempre teve muito, mas nunca se preocupou em poupar e se organizar administrativamente. A ética e a transparência na Gestão Pública obrigaram o Estado brasileiro a colocar em discussão a qualidade dos gastos federais, conseqüentemente dos municípios. Na medida em que você não pode gastar mais, você precisa gastar melhor.

Os últimos anos foram marcados pela falta de análise das razões que ocasionam, alteram ou orientam a maneira de agir do ser humano pelo serviço público. O problema da ineficiência do setor público não se resume, de acordo com o auditor, às questões culturais do serviço público, mas também ao desenho institucional dos órgãos. "O problema não é a falta de vontade. Isso, nós temos aos borbotões". Agora, o desafio é encontrar a maneira de converter isso em produtividade. O auditor faz sugestões nesse sentido.

A ideia de enxugar as "atividades-meio" e de pensar em terceirização de áreas que não são típicas de Estado pode levar à produção de melhores resultados. Hoje, um terço dos **servidores públicos** estão envolvidos diretamente na atividade meio em carreiras atípicas de Estado. Dilemas éticos são tão antigos quanto o próprio homem, e não se trata de um debate versado apenas em momento de crise. É preciso mover-se, em organização, colocando a sociedade no eixo de uma política de resultados.

A pandemia trouxe ao setor público a reabertura da discussão sobre a necessidade de ajuste da máquina administrativa, a fim de que o Estado brasileiro e seus entes, principalmente os municípios, estejam preparados para os novos desafios. A Covid-19 é apenas um sinal de alerta para que medidas de transparência e ajuste administrativo estejam à porta das mudanças necessárias. Muitos novos desafios virão no pós-pandemia.

Site: <https://www.opopular.com.br/digital/31-marco->

2021/1o-caderno

Governadores manifestam indignação às fake news - FIO DIRETO

Cloves Reges

Em carta aberta à população brasileira, 16 governadores, entre eles o de Goiás, Ronaldo Caiado, manifestaram preocupação e indignação com a crescente onda de agressões e difusão de fake news que visam criar instabilidade institucional nos Estados e no País.

Na carta intitulada "Queremos Verdade e Paz", os governadores lembram que, juntamente com os **servidores públicos** e profissionais do setor privado, estão lutando muito para garantir atendimento de saúde e apoio social à população.

Enquanto isso, segundo os gestores estaduais, alguns agentes políticos espalham mentiras sobre dinheiro jamais repassado aos estados, fomentam tentativas de cassação de mandatos, tentam manipular policiais contra a ordem democrática, entre outros atos absurdos.

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210331>

Recebimento indevido 1 - PERISCÓPIO

PERISCÓPIO

A coluna lembrou ontem que em Sergipe cerca de nove mil **servidores públicos** receberam alguma parcela do auxílio emergencial. Questionada pelo JC, a Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal (MPF) informou que devido à amplitude da concessão do auxílio emergencial, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, órgão colegiado MPF, expediu orientação para todas as unidades do MPF no Brasil para que, em caso de denúncias de recebimento irregular do auxílio emergencial, seja feita comunicação do caso à Caixa Econômica e ao Departamento de Polícia Federal.

RECEBIMENTO INDEVIDO 2

Em caso de servidor público, a denúncia deve ser encaminhada ao órgão ou instituição a que o servidor seja vinculado, sendo que eles serão informados sobre possíveis providências de desconto em folha.

CONTAS 1

O deputado estadual Zezinho Guimarães entrou em contato com a coluna para informar que no requerimento apresentado ao Tribunal de Contas do Estado ele solicitou que o órgão pudesse encaminhar ou justificar o porquê das contas do governo não terem sido enviadas à Assembleia. Segundo Zezinho, mesmo as contas de 2016, que segundo divulgado ontem pelo Periscópio já foram julgadas, não tinham sido encaminhadas ao Poder Legislativo.

CONTAS 2 "Para mim que sou deputado, não basta julgar, tem que vir pra cá, pra serem julgadas, Afinal, quem julga é a Assembleia, o TCE emite um parecer técnico. E a Assembleia, de 2016 pra cá, não recebeu nada", disse o deputado, que solicitou uma justificativa por parte da Corte de Contas, insistindo que não errou na sua cobrança. Ele também não considerou razoável que a análise das contas demore até três ou quatro anos para serem concluídas.

FALECEU 1

Faleceu nesta terça-feira, 30, o diretor Técnico do Sebrae em Sergipe, Emanuel Sobral. Ele estava internado desde o início do mês no Hospital Primavera, por conta de complicações causadas pela Covid-19. Emanuel foi dirigente do Sebrae por mais de 20 anos, ocupando a Diretoria Técnica por quatro oportunidades, além de também já ter comandado a

superintendência do órgão no biênio 2009/2010 e no quadriênio 2015/2020.

FALECEU 2

Ao longo de sua trajetória, ele teve uma importante atuação na defesa dos pequenos negócios sergipanos e na criação de projetos que beneficiaram as micro e pequenas empresas. O diretor foi o idealizador da Feira de Sergipe, considerado o maior evento para promoção do artesanato local, e um dos principais responsáveis pelo trabalho de implementação da Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas nos municípios sergipanos. Emanuel tinha 68 anos, era casado com Lícia Sobral e pai de quatro filhos.

COM A EMBAIXADORA 1

Na tarde de ontem, 30, a vereadora Linda Brasil (Psol) participou de reunião com a embaixadora do Canadá no Brasil, Jennifer May. O encontro virtual aconteceu a convite da chefe das missões diplomáticas do governo canadense para discutir os desafios enfrentados pela parlamentar em seu primeiro mandato e os grupos vítimas de discriminação, incluindo população trans, afro-brasileira, mulheres e indígenas.

COM A EMBAIXADORA 2

A violência política de gênero e as ameaças enfrentadas no âmbito das eleições locais também foi tema do encontro. "Foi uma honra receber esse convite da embaixadora. A conversa foi ótima e aconteceu em um momento muito oportuno, de preocupação com os rumos da democracia brasileira e as violações de Direitos Humanos", disse Linda Brasil.

VACINADO O deputado estadual Luciano Bispo (MDB), presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, contou que recebeu a primeira dose da vacina contra a Covid-19. A imunização foi feita, segundo o parlamentar, em Itabaiana - município onde também possui residência.

SUSPENSO

Foi publicado hoje no Diário Oficial o decreto que suspende o ponto facultativo de amanhã, dia 1º. Com os números altos de contaminação por Covid-19 em Sergipe e estados vizinhos, a medida visa que a população evite viagens e aglomerações no período. Na Sexta-Feira da Paixão, dia 2, no entanto, permanece o feriado nacional.

NEFROLOGIA 1

Preocupada com a possibilidade concreta de suspensão do atendimento a pacientes que fazem hemodiálise no Centro de Nefrologia de Itabaiana, em virtude da defasagem dos valores aplicados pela tabela do SUS, a deputada estadual Maria Mendonça (PSDB) apresentou moção de apelo ao prefeito do município, Adailton Souza, para que, junto com o Estado, adote medidas necessárias para, pelo período de no mínimo quatro meses, comprar e fornecer os insumos necessários à manutenção do Centro.

NEFROLOGIA 2

"Temos acompanhado a angústia dos gestores dessa unidade que já não estão conseguindo adquirir os insumos para garantir o devido atendimento aos cidadãos e cidadãs que dependem do serviço", justificou Maria, ressaltando que "nesse período de pandemia houve alta nos preços, embora a tabela SUS esteja completamente defasada, pois o valor aplicado hoje é o mesmo que era adotado em 2017. De lá para cá não houve nenhum reajuste dessa tabela, o que tem tornado inviável a manutenção do acolhimento desses pacientes".

PRECATÓRIOS 1

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) realizou ontem uma reunião virtual com representantes dos entes devedores de precatórios, com o intuito de estabelecer um diálogo aberto para tratar das questões relativas ao cumprimento das obrigações referentes ao adimplemento dos precatórios. A reunião esteve sob a direção do presidente do TJSE, desembargador Edson Ulisses de Melo, e do gestor do Departamento de Precatórios (Deprec), o juiz Fernando Clemente.

PRECATÓRIOS 2

Foram convidados, por meio de ofícios expedidos pelo Deprec, todos os municípios, o Estado e as entidades representativas de credores e devedores. O diálogo entre o TJSE e os entes devedores buscou tratativas para o adimplemento dos precatórios, considerando as dificuldades que os entes devedores estão enfrentando com o impacto dos efeitos da pandemia da Covid-19, sem, entretanto, se afastar da obrigatoriedade de corresponder com os anseios dos credores que estão na expectativa de perceber seus créditos.

Governo tenta emplacar projeto polêmico

Na reunião de líderes desta terça-feira (30), dois deputados diretamente ligados a Jair Bolsonaro tentaram pautar um projeto que daria superpoderes ao presidente da República ao permitir a ele decretar "estado de mobilização nacional" durante a pandemia de covid-19. O projeto é de autoria do líder do PSL, deputado Major Vitor Hugo (GO), e amplia a interpretação de artigo da Constituição sobre mobilização nacional em tempo de guerra. O texto inclui essa possibilidade nos casos de situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de pandemia e de catástrofe natural de grandes proporções. A iniciativa dá aval ao governo para convocar civis e militares, interferir na produção industrial e reorientar a distribuição dos bens civis.

Um requerimento de urgência, de autoria do deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), líder do maior bloco partidário da Casa, chegou a ter as assinaturas necessárias para votar o pedido no plenário. No entanto, após forte reação contra a medida, algumas das assinaturas foram retiradas, impedindo a inclusão do assunto na pauta.

"O Major Vitor Hugo apenas veio com uma sugestão deste projeto, perguntando nossa opinião, e consultou individualmente - isso nem entrou na discussão da reunião de líderes", disse ao **Congresso em Foco** o líder do Novo, Vinícius Poit (SP). "Não teve apoio nenhum a esse projeto." O parlamentar paulista disse que a legenda "em hipótese alguma" apoiará o projeto, por não ser uma prioridade para a resolução da pandemia. "Você não pode dar atribuições que são utilizadas em momento de guerra para enfrentar uma pandemia. É um avanço do Estado muito grande que a gente não concorda." A ideia de adotar um estado de sítio é avaliada por Bolsonaro desde o início da pandemia.

O desejo do chefe do Poder Executivo também foi um dos motivos para o atrito dele com as Forças Armadas, que culminou com a troca no Ministério da Defesa e no comando do Exército, Marinha e Aeronáutica. A tentativa de articulação em torno do projeto é vista como uma forma alternativa de Bolsonaro ampliar seus poderes sem depender da aprovação de um estado de sítio pelo Congresso. Estado de defesa e estado de sítio O líder do PSL afirma ter uma diferença entre o estado de mobilização nacional instituído pelo projeto e o estado de sítio.

"Enquanto o Estado de Defesa e o Estado de Sítio

têm, entre suas medidas, a restrição a direitos e garantias individuais e coletivos, como o direito de reunião, o sigilo das comunicações e a liberdade de ir e vir, a Mobilização Nacional tem por objetivo precipuo a reunião de esforços nacionais no campo da logística, da produção, da comercialização e da distribuição de bens e serviços, de modo a resguardar a sustentação material da população e do Estado durante a situação de crise, até que seja superada", justifica o deputado no projeto de lei.

Uma vez decretado, um estado de sítio permite a detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns. Ele elimina as restrições relativas à inviolabilidade da correspondência, ao sigilo das comunicações, à prestação de informações e à liberdade de imprensa, radiodifusão e televisão, na forma da lei. Ele suspende a liberdade de reunião. Permite busca e apreensão em domicílio e intervenção nas empresas de serviços públicos, além de requisição de bens.

Previsto no artigo 137, o estado de sítio pode ser decretado após o presidente ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional e solicitar ao Congresso Nacional autorização para decretar o estado de sítio. Ele pode ser decretado quando há comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa. Quando há declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira.

O estado de sítio não pode ser decretado por mais de 20 dias, nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior. Porém, ele pode ser decretado por todo o tempo que perdurar a guerra ou a agressão armada estrangeira, se esses forem os casos. Para entrar em vigor, o presidente precisa solicitar autorização para decretar o estado de sítio ou sua prorrogação, relatando os motivos determinantes do pedido, devendo o Congresso Nacional decidir por maioria absoluta.

Congresso está aberto a negociar correções no texto, afirma Pacheco

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou nesta terça-feira (30) que o Congresso está aberto a discutir com o governo eventuais correções ao Orçamento de 2021.

O senador também informou que já avalia com o presidente da Câmara, Arthur Lira, (PP-AL), uma prorrogação por 30 dias dos trabalhos da comissão mista que discute a **reforma tributária**. O prazo da comissão se encerraria nesta quarta-feira (31).

Pacheco afirmou ainda que levará para discussão do colégio do líderes, na próxima semana, requerimento de convite ao novo ministro da Defesa, Braga Netto. O presidente do Senado afirmou que não iria especular qual seria a intenção, mas argumentou que a escolha de ministros é prerrogativa do presidente da República.

O Congresso aprovou na quinta-feira (25) o projeto de Orçamento de 2021 com despesas subestimadas e cortes em diversas áreas classificadas como obrigatórias, que foram destinadas às emendas parlamentares. Entre as despesas com as quais os parlamentares passaram a prever gastos menores, estão ainda abono salarial e subsídios para crédito agrícola.

Como o Orçamento já estava com despesas subestimadas por causa da falta de atualização do valor do salário-mínimo, haveria, na avaliação de governo e especialistas em contas públicas, necessidade de um corte de despesas de ao menos R\$ 30 bilhões.

Além disso, a peça orçamentária traz irregularidades, como previsão de adiamento de despesas e outros mecanismos para que seja possível burlar o teto de gastos.

Projeção divulgada na segunda-feira (29) pela IFI (Instituição Fiscal Independente) diz que o Orçamento possui uma previsão de despesas sujeitas ao teto de gastos que irá extrapolá-lo em R\$ 31,9 bilhões.

A equipe econômica disse que o texto é inexecutável. Para cumpri-lo, avaliam, o governo teria que fazer um congelamento orçamentário que paralisaria a máquina pública. Até sexta-feira (26), a estratégia pensada era convencer parlamentares a trocar a destinação de

suas emendas.

Em vez de destinar a uma obra, passar a um gasto obrigatório, como pagamento de aposentadorias e benefícios sociais ou custeio da máquina pública.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Comissão da reforma tributária faz um ano, não avança, mas ganha sobrevida

Adriana Fernandes, Daniel Weterman

Após um ano, a comissão mista de **reforma tributária** não avançou e ganhou sobrevida de um mês com a prorrogação dos trabalhos pelo Congresso.

A pressão maior se volta, agora, para o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para que finalmente apresente o seu parecer com a fusão das três propostas em discussão: a da Câmara, a do Senado e o projeto de lei enviado pelo governo que cria um novo imposto da união da PIS/Cofins.

O anúncio da prorrogação ocorreu no mesmo dia em que o relator foi escolhido como líder da maioria no Congresso no lugar do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), presidente da comissão mista. Ao lado do novo líder, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, anunciou a prorrogação do prazo, que terminava hoje e foi estendido até o dia 30 de abril. O funcionamento da comissão já tinha sido prorrogado em dezembro passado.

"Tem de falar com o relator, ele que tem de dizer sobre o relatório.

Eu tenho cobrado o relatório", disse Rocha ao Estadão.

Dias antes da decisão, ele havia dito que não pediria mais a prorrogação do funcionamento.

Desde a mudança do comando das presidências da Câmara e do Senado, a comissão foi mantida, mas o relator não apresentou o parecer. Ribeiro não quis até agora apresentar o parecer, que vem construindo desde o ano passado, sem saber qual será o destino formal depois de apresentado o texto, já que cada uma das duas Casas têm Propostas de Emenda Constitucional (PEC) de reforma: PEC 45 (Câmara) e Senado (110). Além disso, há também o projeto de lei do governo que unifica PIS e Cofins.

"A prorrogação dos trabalhos da comissão só faz sentido se acompanhada finalmente da apresentação do relatório", disse o tributarista Luiz Bichara, da Bichara Advogados. Para ele, o relatório deveria contemplar questões relativas a tributação sobre a renda, não mais apenas sobre consumo, de forma a atender aos novos desafios do atual nível de

endividamento público do Brasil após a pandemia. A decisão sinaliza mais atraso na votação da proposta num cenário de incerteza que tem marcado a reforma, já que a comissão mista tem caráter informal.

No início de fevereiro, Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciaram um acordo para aprovar a reforma no Congresso em um prazo de seis a oito meses.

A falta de um alinhamento sobre o conteúdo da proposta, porém, pode inviabilizar uma votação nas duas Casas legislativas.

"Temos de considerar que, além da complexidade, a **reforma tributária** é prioridade", disse o presidente do Senado.

Quando assumiu a presidência da Câmara, Lira chegou a cogitar retirar Ribeiro da relatoria.

Mas o relator teve apoio do Senado para ficar na posição. Segundo Roberto Rocha, a prioridade hoje é salvar vidas na pandemia, mas ponderou que a **reforma tributária** é a que tem maior impacto, inclusive, para a área social. "Tem de salvar também vidas das pessoas jurídicas, porque estaremos salvando empregos e pessoas físicas", disse Rocha.

Refis. Enquanto o prazo da comissão é prorrogado, Roberto Rocha articulou a inclusão na pauta de hoje do Senado de projeto de sua autoria que cria o Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap) para declaração voluntária de bens ou cessões de direitos de origem lícita de bens (móveis ou imóveis), declarados incorretamente ou com valores desatualizados.

Essa atualização se aplica aos bens que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, e que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção.

A alíquota do Imposto de Renda (IR) prevista no projeto é de 1,5% para a atualização, mas o valor no parecer a ser votado deve subir. "Se ficar em 3%, é ainda um quinto dos 15% que tem de pagar no ganho de capital", disse Rocha.

O presidente do Senado também pressiona pela

abertura de um novo programa de parcelamento de débitos (Refis), como mostrou o Estadão.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer restringir o alcance do Refis da covid-19 ao parcelamento de débitos contraídos durante o ano passado e à lista de setores mais afetados pela pandemia, segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE).

O governo já tem publicado uma lista dos setores afetados pela crise, mas Bezerra admite que ela pode ser estendida nas negociações.

O Senado tem pressa para votar a proposta. Pacheco vai definir se pauta o projeto depois do feriado da Semana Santa. O Refis vai atingir também as dívidas de pessoas físicas.

Crédito trabalhista. O projeto vai tratar de outros dois pontos: parcelamento de créditos trabalhistas em decorrência de impacto negativo ocasionado pela pandemia e a criação de novos mecanismos para a transação tributária, instrumento que permite a negociação direta das dívidas entre o contribuinte e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), área jurídica do Ministério da Economia.

Será permitido o pagamento de dívidas com imóveis, informou o relator.

O líder do governo afirmou que o projeto reabre o prazo de adesão do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) de 2017. Esse Refis foi feito para atender a empresas e pessoas físicas na crise econômica de 2016, mas a sua negociação acabou demorando praticamente um ano.

Além do parcelamento de débitos, a ideia é ampliar a segurança jurídica na transação tributária, permitindo também novos mecanismos para extinção de dívidas como o instrumento de dação em pagamento (acordo pelo qual o credor concorda receber do devedor uma prestação diferente da que lhe é devida) e amortização dos débitos com aproveitamento de prejuízos fiscais que as empresas registrarem nos seus balanços.

A permissão de pagamento da dívida com imóveis avaliados pela União é uma das novidades que Bezerra disse que vai incluir no seu parecer.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Um ano de combate à pandemia: a potência das organizações da sociedade civil em tempos de crise

Laís de Figueirêdo Lopes

Sócia de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, mestre em Direitos Humanos pela USP e doutoranda em Direito Público pela Universidade de Coimbra. Foi assessora especial na Secretaria Geral da Presidência da República de 2011 a 2016.

Março de 2020 ficou marcado como o início da pandemia de Covid-19 no Brasil. Nesse mês foram constatados os primeiros casos de transmissão comunitária de coronavírus e, lamentavelmente, também em março foi anunciada pelo Ministério da Saúde a primeira morte decorrente da infecção pelo vírus no país, no estado de São Paulo.

Passado um ano de enfrentamento à pandemia, com a vacinação ocorrendo a passos muito mais lentos do que deveriam, é possível sentir seus profundos impactos. São mais de 300 mil mortes em nosso país.

As organizações da sociedade civil foram parceiras de primeira hora e demonstraram sua força de articulação e resiliência, dando suporte a pessoas vulneráveis que se viram ainda mais fragilizadas.

A Folha reconheceu 30 iniciativas com o Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19 no final de 2020, incluindo entidades, redes e movimentos que se mobilizaram para atuação em caráter emergencial, mitigação de efeitos e construção de iniciativas estruturantes que ficarão como legado.

A pesquisa "Impacto da Covid-19 nas OSCs Brasileiras: da Resposta Imediata à Resiliência", promovida pela Mobiliza e ReosPartners, identificou que 87% das organizações ofertaram atendimento às populações afetadas pela Covid-19, sendo que 50% delas se engajaram na distribuição de alimentos e/ou produtos de higiene e proteção para públicos já atendidos.

As organizações da sociedade civil também foram fundamentais para conectar recursos emergenciais a populações necessitadas. Rapidamente passaram a funcionar como pontos de apoio estratégicos de distribuição e conscientização sobre uso de equipamentos de proteção e segurança contra o

coronavírus nas comunidades.

Essa atuação foi amplamente fomentada e, de acordo com o Monitor das Doações da ABCR, o montante de R\$ 6,5 bilhões foi arrecadado no último ano em doações, sendo que 74% foram direcionados à saúde.

Ocorre que essa mobilização identificada no primeiro período da pandemia, indiscutivelmente positiva, ainda é inusual para o padrão brasileiro. Explicada pelo sentimento de solidariedade despertado, precisaria ser mantida não apenas para enfrentar os próximos passos dessa pandemia que não acabou, mas também para dar consistência e perenidade às ações realizadas.

O ranking "World Giving Index 2019", da Charities Aid Foundation, indica que o Brasil ocupa o 74º lugar, de 140 países, no ranking de solidariedade, em média apurada ao longo de dez anos. Ainda estamos bem longe de ser um país que está atento ao tema da cultura de doar.

Frente a uma enorme recessão socioeconômica, entidades relatam queda vertiginosa nas doações e, com isso, a redução da capacidade de atuação. Hora de lembrarmos da efetividade das organizações da sociedade civil na mitigação dos efeitos da pandemia e na construção e promoção de novos direitos - muito mais pode ser feito com mais recursos.

Com a missão de promover a cultura da doação no Brasil, o Movimento por uma Cultura de Doação, além de disponibilizar um extenso acervo sobre o assunto, divulgou em sua publicação "Diretrizes 2020-2025" a necessidade de se "criar um ambiente favorável à doação", estabelecendo um fluxo de recursos que alcance mais facilmente organizações e quem mais precisa.

Para tanto, além da mobilização da sociedade, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma **reforma tributária** que ofereça tratamento justo e adequado para as organizações.

Os poucos incentivos fiscais existentes devem ser mantidos, o que inclui a aprovação do Projeto de Lei nº

5.307/2020 . Ele intenta a prorrogação da dedução do Imposto sobre a Renda dos valores correspondentes à doação e patrocínios em prol do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

E, principalmente, precisamos desonerar o imposto sobre doações. "Solidariedade não se tributa" é o slogan da campanha criada pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que é um dos diversos atores que estão na luta pela não tributação das doações realizadas para as organizações da sociedade civil pelos estados brasileiros e Distrito Federal.

Estudos da Fundação Getúlio Vargas revelam que, de 75 países, o Brasil é um dos poucos que não estabelece tratamento diferenciado para doações a entidades. Sendo de competência estadual, exceção se faz a nove estados, tendo o Rio de Janeiro com a legislação mais adequada por ter recentemente zerado a alíquota. Esse cenário precisa mudar.

A pandemia ressaltou as desigualdades no Brasil e é urgente que apoiemos a atuação das organizações da sociedade civil para que sigam realizando seus importantes trabalhos, hoje e no futuro.

Nossas organizações constituem ativo democrático necessário e relevante para o cuidado efetivo, para a formulação de caminhos e para a denúncia de violações, sem o qual perdemos todos. Diante de tantas perdas, estamos sendo chamados a nos solidarizar ainda mais.

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2021/03/um-ano-de-combate-a-pandemia-a-potencia-das-organizacoes-da-sociedade-civil-em-tempos-de-crise.shtml>

Biden tenta reverter décadas de desigualdade em novo pacote que será anunciado nesta quarta

Christopher Condon e Payne Lubbers, da Bloomberg

Mais de meio século após Lyndon Johnson declarar guerra contra a pobreza, o presidente americano Joe Biden planeja enfrentar a desigualdade do país com uma expansão em vasta escala dos gastos do governo e uma reforma tributária ambiciosa.

O plano, que Biden começará a detalhar em um discurso nesta quarta-feira em Pittsburgh, já se mostra polêmico entre economistas e parlamentares. Enquanto economistas de direita alertam sobre possíveis prejuízos ao crescimento do **PIB** provocados por **impostos** mais altos para empresas e os americanos mais ricos, os progressistas dizem que a abordagem das últimas décadas, na qual os benefícios do crescimento supostamente se irradiam para todos, fracassou e que é hora de uma nova estratégia.

O discurso do presidente apresentará a parte de infraestrutura de um pacote abrangente que deve totalizar mais de US\$ 3 trilhões. Embora os programas com gastos sociais do pacote só serão detalhados no final de abril, o esforço do governo para expandir a ajuda aos pobres ficará nítido até mesmo na seção de infraestrutura, por meio de propostas como o fornecimento de água potável.

- É importante reconhecer que tivemos décadas de aumento da desigualdade econômica - disse Heather Boushey, membro do Conselho de Consultores Econômicos da Casa Branca, em entrevista à Bloomberg Radio na semana passada . - O critério definitivo do sucesso da economia é o quão bem ela está funcionando para as pessoas em todos os Estados Unidos.

Para muitos, ela não está funcionando bem. As diferenças entre os americanos mais ricos e a classe média, somada às famílias de renda mais baixa, aumentaram nos anos anteriores à pandemia - mesmo em meio ao mais longo período de crescimento já registrado nos Estados Unidos . O presidente do Banco Central, Jerome Powell, está entre aqueles que concordam que a desigualdade impede o crescimento da economia, algo que contribuiu para a mudança de longo prazo na estratégia da política monetária

instituída por ele.

Mas interromper ou reverter esta tendência de desigualdade, mesmo com grandes mudanças de política, não será fácil ou rápido, concorda a grande maioria dos economistas.

- É como fazer uma curva em um navio de carga, e levamos uma geração e meia para chegar aonde estamos - disse Brad Delong, professor de Economia da Universidade da Califórnia em Berkeley. - Mas, sim, você pode começar a virar o navio de carga.

Os americanos há muito aceitaram algum nível de desigualdade, devido ao fundamento lógico de que isso reflete as recompensas para quem trabalha duro, corre riscos e tem ideias inovadoras. No entanto, para pesquisadores como John Friedman, professor de Economia da Brown University, o problema não está só na desigualdade de renda.

- Não é apenas que haja uma crescente desigualdade de uma perspectiva dos salários, mas há também uma tremenda desigualdade de oportunidades - disse ele.

Ele se refere a dados que mostram como crianças que apresentam habilidades acadêmicas semelhantes em idades muito jovens, mas vêm de famílias de classes sociais diferentes, assim como de origens raciais e de bairros diferentes, acabam obtendo resultados muito díspares em termos de renda e de progressão na carreira.

- Não se trata apenas de quem é inteligente - disse Friedman. - E há um consenso quase universal de que ter suas possibilidades de vida determinadas pelo acaso de onde você nasceu não é algo bacana.

Mas os economistas discordam muito entre si sobre se a agenda econômica de Biden será bem formatada para resolver as desigualdades. Um exemplo: espera-se que Biden proponha aulas gratuitas nas faculdades comunitárias do país.

Leia mais: Com pacotes, Biden busca obter alta visibilidade e evitar erros de Obama, diz cientista político

Aulas gratuitas

Glenn Hubbard, um professor da Universidade de Columbia que atuou como presidente do Conselho de Consultores Econômicos do presidente George W. Bush, chamou as faculdades comunitárias de os burros de carga óbvios para o desenvolvimento de habilidades .

Mas em uma entrevista, Hubbard disse que a ideia de oferecer ensino gratuito vai na direção exatamente contrária à ideal, ao subsidiar a demanda por faculdades comunitárias. Ele apoia subsídios federais do lado da oferta para as universidades mais difíceis de entrar, que oferecem melhores empregos após a formatura.

E essa não é uma abordagem apenas conservadora. Os co-autores da proposta incluíram Austan Goolsbee, que atuou como presidente do mesmo conselho no governo do presidente democrata Barack Obama.

Há também uma divisão mais ampla em relação à **reforma tributária** de Biden.

Impostos mais altos sobre as empresas e os ricos apenas vão enfraquecer a dinâmica de acumulação de riqueza que impulsiona o investimento, que por sua vez fomenta o crescimento econômico, argumentam os conservadores.

- Nesse debate, há uma boa parte de "precisamos apenas punir os ricos; eles são ricos de forma inadequada" - disse Douglas Holtz-Eakin, presidente do American Action Forum, um grupo de pesquisa conservador. - Com isso, é difícil se chegar a um acordo sobre a política.

Os economistas progressistas respondem, sem se desculpar, que a chamada economia de gotejamento - na qual o crescimento econômico geral deve beneficiar a todo o espectro de renda - simplesmente não se provou verdadeira nos últimos 40 anos.

Os gastos com investimentos em áreas além da habitação aumentaram em média 3,4% ao ano de 2000 a 2019, ante 5,2% nas duas décadas anteriores, e estonteantes 7,2% na década de 1960 - quando os **impostos** eram substancialmente mais altos.

As empresas têm dinheiro para crescer, mas, com a riqueza e a renda beneficiando o topo da pirâmide, "não há clientes suficientes para comprar a nova produção", disse Josh Bivens, diretor de pesquisa do Instituto de Política Econômica, de tendência de esquerda.

Site: <https://oglobo.globo.com/mundo/biden-tenta-reverter-decadas-de-desigualdade-em-novo-pacote-que-sera-anunciado-nesta-quarta-24949029>

R\$ 2,7 bilhões em renegociação

» *Edis Henrique Peres*

Os empresários e as pessoas físicas têm até hoje para aderir ao Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis-DF) 2020 e conseguirem até 95% de descontos em juros dos **impostos** devidos ao Governo do Distrito Federal (GDF). A novidade deste ano é que, pela primeira vez, o programa forneceu descontos também sobre o valor da dívida em si.

De acordo com a Secretaria de Economia (Seec), ao todo, 9.755 pessoas jurídicas já aderiram ao Refis. Tratando-se de pessoas físicas, esse número é maior ainda. A atualização mostra que 37.534 contribuintes recorreram ao refinanciamento para acertar seus débitos com a Secretaria. Essa alta adesão superou, até mesmo, a expectativa inicial de arrecadação do programam, que era de R\$ 500 milhões - essa meta foi batida em apenas 11 dias. O total do valor renegociado até hoje já ultrapassa R\$2,7 bilhões.

O programa, segundo o vice-presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista), Sebastião Abritta, é de mão dupla: governo e contribuintes recebem benefícios com a iniciativa. "O Refis-DF 2020 foi muito positivo, inclusive com essa prorrogação do prazo, pois deu condições para as empresas aderirem e alívio ao caixa do GDF. Tanto os empresários precisavam de condições para pagar, como o GDF precisava receber. Este foi o melhor da história da capital", elogia Abritta.

Para João Alfredo Eduão, contador da Vector Contadores Associados e advogado tributário, o projeto do governo permitiu rever valores de difícil arrecadação. "Mas esse nem é o ponto principal. O papel mais importante que o Refis-DF 2020 tem é de inserir de volta na economia, pessoas que estavam com a situação fiscal muito ruim, de débito elevado. O benefício foi capaz até de reativar alguns negócios", explica o contador. Ele pontua que, em 44 anos de profissão, este foi o mais abrangente que conheceu, tanto na área fiscal como na federal.

O contador também oferece dicas de como ter êxito ao aderir ao programa. "Aconselho buscar uma consultoria, um escritório contábil, porque algumas dúvidas podem surgir e, principalmente em alguns casos mais complexos, um profissional da área é de grande valia. Principalmente, porque nem todos possuem uma facilidade para navegar no site da Receita", sugere. Planejamento Apesar dos bons descontos ofertados pelo Refis-DF 2020, Francisco

Rodrigues, economista e educador financeiro, ressalta que é importante realizar um planejamento a médio prazo, ao inserir mais despesas no orçamento. "O programa é uma grande oportunidade para o contribuinte, mas as pessoas devem se organizar para não ficar mais endividadas. Por isso, o contribuinte deve se planejar, para não ser vítima de um bolo de neve e atrasar inclusive as parcelas de renegociação do Refis-DF 2020", explica.

Como aderir?

Pessoas jurídicas e físicas podem aderir ao Refis-DF 2020 até hoje. O sistema da Refis-DF 2020 permite simular valores e condições, negociar os débitos e gerar os documentos para o pagamento de forma totalmente digital pelo Portal de Serviços da Receita do Distrito Federal: <https://www.receita.fazenda.df.gov.br/>.

Quatro perguntas para

André Clemente, secretário de Economia

Qual a importância de ter alcançado uma adesão tão alta ao Refis-DF 2020? Foi uma adesão recorde graças às condições oferecidas pelo Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Economia, que, pela primeira vez, concedeu descontos tanto no valor principal da dívida quanto em juros e multas, que chegaram a 95%. Foi a edição mais arrojada do Refis-DF realizada até hoje. Além disso, o processo totalmente digital propiciou que a adesão fosse feita de forma rápida, segura e desburocratizada. Se queríamos um resultado diferente, precisávamos propor um Refis-DF 2020 diferente de tudo o que já havíamos feito nas edições anteriores.

Por que o programa é tão fundamental ao contribuinte? Essa ampliação é fruto da demanda dos contribuintes e das empresas. Foram renegociados mais de R\$ 2,6 bilhões em dívidas entre 16 de novembro e 16 de dezembro em 2020. E com a ampliação do prazo que conseguimos até 31 de março (hoje), todos os que querem aderir estão tendo condições de limpar seu nome ou garantir a saúde fiscal para expandir suas empresas.

Quais os benefícios de o contribuinte estar em dia com os débitos? A adesão ao Refis-DF 2020 é formalizada com o pagamento da dívida à vista ou da primeira parcela, quando a opção for o parcelamento. Após esse primeiro pagamento, o contribuinte pode retirar

certidão positiva com efeito de negativa, desde que não haja outros débitos em atraso atribuídos ao mesmo CPF ou CNPJ. Sem certidões negativas da Receita do DF, ou positivas com efeito de negativas, instituições financeiras não liberam crédito às empresas, que também ficam impedidas de participar de licitações.

Com o lançamento do Refis-DF 2020, surge a reclamação de quem já quitou os débitos. Essa é uma alegação válida?O projeto teve uma grande aceitação por parte do setor produtivo e também da população. O Refis-DF 2020 é um programa extremamente relevante, pois propicia que as empresas e os cidadãos retomam sua saúde financeira, voltem a ter crédito no mercado e possam se livrar das limitações que a dívida acarreta, que muitas vezes impedem o crescimento de uma empresa e a melhoria na qualidade de vida de uma família, por exemplo. Por parte do governo, os valores renegociados que já foram pagos vão garantir melhores serviços prestados à população e auxiliarão na execução de obras essenciais para a nossa cidade.

Subestimar despesa leva a retrocesso nas contas públicas, diz Tesouro

Bernardo Caram

Após o Congresso aprovar um Orçamento classificado como fictício e inexecutável para 2021, o Tesouro Nacional informou nesta terça-feira (30) que subestimar despesas sem justificativa técnica deteriora a transparência do gasto público e o alcance das regras fiscais, o que pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas do governo.

O recado do órgão responsável pela administração dos recursos federais foi apresentado em documento que acompanha a divulgação do resultado das contas públicas de fevereiro. No mês passado, o governo federal registrou déficit fiscal de R\$ 21,2 bilhões.

Em decisão que gerou críticas de especialistas e técnicos, o Congresso aprovou na última semana o Orçamento de 2021 após fazer uma manobra para cortar artificialmente despesas obrigatórias, como gastos com Previdência, e ampliar gastos com emendas parlamentares.

"A subestimativa de despesas obrigatórias sem justificativa técnica robusta deteriora a transparência da utilização dos recursos públicos, bem como o alcance das regras fiscais. Esse recurso pode ser visto como um retrocesso para o controle das contas públicas, justamente no momento em que o país precisa fortalecer as regras existentes", informou o Tesouro.

O órgão defendeu a preservação do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo. A avaliação é que a norma permite uma consolidação fiscal no médio prazo, sem a necessidade de cortes abruptos ou aumento de **impostos**.

Para que o teto seja mantido, o Tesouro afirma que será necessário recompor os gastos obrigatórios subestimados e cortar emendas -despesas indicadas por parlamentares para obras em suas bases eleitorais. O órgão argumenta que o corte precisa ser feito nessa conta porque eventual redução das despesas discricionárias, que incluem gastos administrativos e de custeio, poderia levar paralisação em atividades essenciais do Estado.

No relatório desta terça, o Tesouro mostrou que o

rombo de R\$ 21,2 bilhões em fevereiro é melhor do que o déficit de R\$ 25,8 bilhões observado no mesmo mês do ano passado, quando ainda não havia efeito do coronavírus.

O dado do mês também foi melhor do que o esperado pelo mercado. Pesquisa do Prisma Fiscal do Ministério da Economia projetava um déficit de R\$ 27,6 bilhões no mês.

Parte do desempenho foi explicada por uma arrecadação extraordinária de Imposto de Renda e contribuição sobre o lucro de empresas, o que ampliou os ganhos em R\$ 5 bilhões. Como Orçamento operando de forma limitada enquanto as contas não são sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), houve queda de R\$ 2,6 bilhões nos gastos discricionários.

No acumulado do primeiro bimestre do ano, as contas do governo federal operam em superávit de R\$ 22,4 bilhões, acima dos R\$ 18,3 bilhões do mesmo período de 2020.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Orçamento (2)

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES

Orçamento é coisa séria. Ele é uma ferramenta que mostra, de uma maneira mais ou menos ordenada e sistematizada, o quanto se espera receber e gastar durante um período de tempo, geralmente anual.

As famílias só devem gastar aquilo que ganham. Quando gastam mais, é por que contraem algum tipo de dívida.

Idem para as empresas, pequenas ou grandes, que elaboram seus orçamentos, desde os mais simples, à mão, até os mais complexos, através de sistemas sofisticados.

O orçamento também está presente no setor público. União, Distrito Federal, Estados, Municípios e suas empresas têm orçamentos, que precisam ser os mais transparentes possíveis, pois é preciso prestar contas ao verdadeiro dono do dinheiro, que é o povo, que paga seus **impostos**.

É através dos orçamentos que os governos executam suas políticas públicas visando, espera-se, à melhoria da qualidade de vida das pessoas. O conceito de governo, aqui, é mais amplo, pois inclui as casas legislativas dos entes da Federação, pois são elas que aprovam os orçamentos a serem executados a cada ano.

Nos últimos 40 anos, observamos orçamentos executados em ambientes com **inflação** de 80% ao mês, congelamento de preços e criação de nova moeda, etc. Na União, tivemos despesas executadas sem sequer passar pelo Congresso Nacional e até a famosa contabilidade criativa, que nada mais foi do que uma tentativa de justificar o aumento de gasto público fora dos controles oficiais.

Com raras e honrosas exceções, os governantes querem gastar mais do que podem. Ao longo do tempo foi comum ouvir que o orçamento público era uma peça de ficção, pois fixava despesas com base em arrecadação superestimada.

Tudo para poder tentar gastar mais.

Para avaliar um bom governante, basta olhar para a seriedade com que é elaborado e executado seu orçamento.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, ex-Secretário

do Tesouro Nacional e atual chefe de Gabinete da SEPOG/ SP

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-001b8e3cf76f4e64cbe5be9882db4aa0.pdf

Deputado propõe dar a Bolsonaro poder "de guerra"

Camila Turtelli / BRASÍLIA / COLABORARAM RAFAEL MORAES MOURA e ANDRÉ SHALDERS

No mesmo dia em que o governo demitiu a cúpula das Forças Armadas, aliados na Câmara tentaram avançar ontem um projeto para ampliar os poderes do presidente Jair Bolsonaro. A intenção é permitir ao chefe do Executivo adotar medidas só autorizadas em situações de guerra, tendo a pandemia de covid-19 como justificativa. A proposta, caso aprovada, abriria caminho, por exemplo, para Bolsonaro intervir nos Estados e derrubar restrições impostas por governadores, como lockdowns.

O pedido para o projeto ser votado em regime de urgência foi apresentado na reunião em que os líderes da Casa definem o que será analisado pelo plenário.

A proposta partiu do líder do PSL, Major Vitor Hugo (GO), um dos parlamentares mais próximos de Bolsonaro, que costuma frequentar os palácios da Alvorada e do Planalto.

O deputado ocupou o cargo de líder do governo na Câmara até o ano passado. A sugestão de dar prioridade à medida, porém, não teve apoio.

O projeto prevê o uso do instituto da Mobilização Nacional, mecanismo previsto na Constituição em casos de o País entrar em guerra, no enfrentamento da pandemia. O dispositivo dá poder ao presidente para, por exemplo, intervir nos processos produtivos - industrial ou agrícola -, requisitar a ocupação de bens e serviços e a convocação de civis e militares para atuarem no combate à crise. Segundo deputados e advogados ouvidos pela reportagem, o texto abre espaço para que o presidente assuma o controle das polícias militares estaduais.

"Na decretação da Mobilização Nacional, o chefe do Poder Executivo designará o órgão da administração pública responsável pela coordenação dos esforços e especificará o espaço geográfico do território nacional em que será realizada e as medidas necessárias à sua execução", diz trecho do projeto apresentado por Vitor Hugo.

Bolsonaro poderia, assim, definir o território nacional como o "espaço geográfico" citado no texto e passar por cima de decisões de governadores, que adotaram

medidas restritivas para evitar a propagação do novo coronavírus, como o fechamento de comércio e escolas. O presidente é crítico a essas ações e chegou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar toques de recolher **impostos** na Bahia, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul. O ministro Marco Aurélio Mello, porém, rejeitou o pedido.

"A Constituição não fala que (a instituição da Mobilização Nacional) é para guerra. Fala que pode ser usada para resolver um problema de grandes proporções", afirmou Vitor Hugo ao Estadão/Broadcast. "Há a possibilidade de ser utilizado com a pandemia, mas tudo com a aprovação do Congresso Nacional." Mesmo no caso de o projeto ser aprovado, Bolsonaro ainda teria de pedir autorização do Legislativo para acionar a Mobilização Nacional.

Para isso, é preciso maioria absoluta do Congresso.

Durante a reunião com os demais líderes da Câmara, não houve apoio ao projeto de Vitor Hugo. No entanto, um pedido de urgência para colocar a medida como prioridade nas votações da Casa ganhou a assinatura do líder do bloco que reúne os partidos do Centrão, deputado Hugo Motta (Republicanos- PB). O grupo inclui 14 siglas, que somam 354 deputados.

Procurado ontem, Motta não retornou aos contatos da reportagem.

Preocupação. Segundo o Estadão apurou, o projeto causou preocupações no presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, que avalia uma possível violação da Constituição.

Após a tentativa de Vitor Hugo de colocar a proposta em votação, deputados também criticaram a medida.

"Além de inadmissível é absurdo e totalmente fora de época", disse o líder do MDB na Câmara, Isnaldo Bulhões (AL). Segundo eles, os líderes não chegaram nem a discutir o pedido de Vitor Hugo durante a reunião.

O líder do Cidadania, Alex Manente (SP), disse ser contra qualquer modificação da lei da Mobilização Nacional e aponta a possibilidade de o controle das PMs passarem para o presidente.

"A ampliação pode dar margem à interpretação de utilização por força da legislação dos militares estaduais pelo presidente da República", disse Manente.

"O deputado Vitor Hugo quer, nesse momento, ampliar esse poder com a crise sanitária que o Brasil vive, dando possibilidades inclusive e margem de interpretação para que o presidente possa utilizar dessa lei para avançar em qualquer processo de golpe de estado. Não permitiremos", disse.

Em nota, Vitor Hugo disse que seu projeto é "fundamental para reforço da logística nacional e garante que nenhum direito ou garantia individual é afastado em caso de acionamento da Mobilização Nacional". Ele afirmou ainda que o projeto já vinha sendo elaborado. "O deputado esclarece que este projeto já estava sendo elaborado há um tempo e não tem nenhum tipo de relação com as últimas mudanças feitas em cargos do Poder Executivo", afirmou.

I Projeto

"O deputado Vitor Hugo quer, nesse momento, ampliar esse poder com a crise sanitária que o Brasil vive, dando possibilidades inclusive e margem de interpretação para que o presidente possa utilizar dessa lei para avançar em qualquer processo de golpe de estado. Não permitiremos." Alex Manente (SP)
DEPUTADO E LÍDER DO CIDADANIA NA CÂMARA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Carga tributária fecha 2020 no menor nível em dez anos

Idiana Tomazelli, Célia Froufe

Os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a atividade econômica e as isenções de **tributos** concedidas para o enfrentamento da crise levaram a carga tributária bruta do Brasil a ter uma queda em 2020. O dado foi estimado em 31,64% do- **PIB** no ano passado, segundo o Tesouro Nacional.

A carga é 0,87 ponto percentual menor que o observado em 2019, quando ficou em 32,51% do **PIB**. Por essa estimativa, a carga tributária no ano passado foi a menor desde pelo menos 2010.

Segundo o Tesouro, a queda na carga tributária foi verificada tanto nos **tributos** federais quanto nos municipais. A carga do governo central, a mais significativa delas, caiu de 21,86% para 20,99% do **PIB** na passagem de 2019 para 2020. Já nos municípios, a proporção recuou de 2,25% para 2,12% no mesmo período.

A carga dos **tributos** estaduais, por sua vez, aumentou na passagem do ano, de 8,40% para 8,53% do **PIB**, o maior percentual no período analisado, desde 2010.

Na divisão por tipo de tributo, a principal redução na carga ocorreu em seu maior grupo, os **impostos** sobre bens e serviços.

Esse conjunto de **tributos** sofreu queda na arrecadação de 0,55 ponto percentual do **PIB** em 2020. As principais reduções foram PIS/Cofins (-0,34 pp do **PIB**), IOF (-0,26 pp do **PIB**), essencialmente pela instituição de alíquota zero para as operações de crédito devido à crise, e ISS (-0,06 pp do **PIB**).

O subsecretário de Planejamento e Estatísticas Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, Pedro Jucá, destacou que a carga tributária brasileira está muito próxima à média cobrada por nações mais ricas. Segundo ele, entre os membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa média está em 33,9% do **PIB**. Em relação aos países da América Latina, o Brasil está quase 10 pontos percentuais acima dos vizinhos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Sem mudar, nada feito (3)

Primeiro aos mais necessitados, é claro, milhões de brasileiros que estão abaixo da linha de pobreza, os sem emprego e renda. A crescente legião de moradores de rua, também os que têm a ilusão de um teto mas não tem o que comer. O Brasil empobreceu com uma velocidade inesperada, fruto de muitos erros cometidos e potencializados pela pandemia.

A recuperação tão aguardada, todos sabemos, será lenta e imprevisível. Milhões não têm como esperar, precisam de assistência e não da ameaça, talvez muito conveniente para alguns, de que podemos estar no limiar dos saques e da desordem.

É preciso, simplesmente, enxergar a realidade para com empenho, disciplina e bom senso enfrentá-la.

É preciso também ter em conta de que não se trata, simplesmente, de oferecer o mínimo a quem não tem nada ou quase nada, ainda por cima em termos provisórios e incertos. Alguém já disse, com propriedade, que, completada a etapa da vacina e vencidos os riscos maiores, a solução verdadeira está na oferta de empregos e não na oferta de esmolas.

Elementar e significa lembrar, ou relembra, que outras camadas da população brasileira também pedem socorro urgente. Micro e pequenos empresários, até médios principalmente, que igualmente já esgotaram suas forças, sem contar os que já sucumbiram, aí contados também os desempregados de melhor qualificação.

Levantar a economia, como é preciso, não significa em primeiro lugar atrair novos investimentos e novos empreendimentos, como muita gente pensa. Mais racional será dar suporte a quem já está atuando, porém com o entendimento claro e objetivo de que não se trata de repetir, quase no automático, velhos programas de fomento que se revelaram ineficazes, oferecendo crédito a juros que não podem ser pagos ou facilidades que, sistematicamente, a burocracia cuida de exterminar, como se estivessem todos apenas jogando para a plateia.

A situação é inédita e as soluções necessariamente também terão que ser inéditas, com apoio real, consistente, a quem é capaz de gerar riquezas, gerar trabalho e renda, além de **tributos** que não sejam mera ficção.

Empresários têm se mobilizado, embora quase sempre muito timidamente, para apontar seus

problemas e pedir soluções. Tem que deixar claro que tornou-se necessário fazer diferente e fazer muito mais para que se possa, de fato, atender aqueles que tiveram suas atividades compulsoriamente interrompidas ou que há mais de ano veem seus esforços mingando.

Repetindo, sem que se entenda a realidade e o tamanho do problema, sem que as respostas sejam aquelas necessárias, a recuperação que o ministro Guedes enxerga no horizonte continuará sendo ilusão e maior a tormenta dos que sofrem.

A situação é inédita e as soluções necessariamente também terão que ser inéditas, com apoio real, consistente, a quem é capaz de gerar riquezas, gerar trabalho e renda, além de **tributos** que não sejam mera ficção

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-31-03-2021/>

ICMS sobre combustíveis I

O presidente Jair Bolsonaro, pediu ao Congresso que seja cancelada a urgência pedida para a apreciação do projeto de lei complementar 16. O texto, enviado ao Congresso, altera a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis.

ICMS sobre combustíveis II

Pela proposta, o ICMS incidente sobre o preço do combustível, que é reajustado a cada 15 dias, passará a ter valor fixo por litro, a exemplo dos **impostos** federais PIS, Cofins e Cide. O pedido de urgência dava mais celeridade à tramitação da proposta. O pedido não foi justificado.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15796>

Reembolso maior com saúde

Israel Medeiros

Apesar da crise fiscal e do aperto nas contas públicas, deputados federais receberão um reembolso maior para despesas com atendimento médico ou assistência de saúde. A Câmara dos Deputados aumentou em 170,8% o valor destinado para esse fim. Com isso, o teto, que era de R\$ 50 mil, passa a ser de R\$ 135,4 mil em procedimentos sem cobertura pelo plano da Casa.

A medida começou a valer a partir da publicação, na última segunda-feira, em uma edição extra do Diário Oficial da Câmara. O ato da Mesa Diretora foi assinado pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e a justificativa é de que o valor está defasado. "Nos últimos anos, a chamada **"inflação médica"** tem superado o índice oficial de **"inflação"**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O fenômeno, inclusive, não tem se restringido ao Brasil", diz um trecho do documento.

O texto detalha, também, que a medicina tem avançado e passado a utilizar tecnologias mais modernas - o que, conseqüentemente, aumenta os custos de procedimentos médicos. "Some-se a isso a maior demanda do público pelo acesso a serviços de saúde e o envelhecimento da população, tudo contribuindo para a elevação dos custos com saúde", detalha o texto.

A Câmara justifica que o índice utilizado para calcular a chamada **"inflação médica"** é a Variação de Custos Médico Hospitalares (VCMH). Esse cálculo leva em conta os custos das operadoras de planos de saúde, nos 24 meses anteriores, a frequência de utilização do plano e a variação dos preços dos serviços profissionais.

"Nesse sentido, o aumento acumulado de 2015 a 2020 é de 170,8%, o qual, se utilizado como referência para atualização do antigo limite, elevará seu valor a R\$ 135.400,00", justifica o texto da Mesa. Apesar de o valor do reembolso ter aumentado, a medida esclarece que isso não deve criar ônus adicional para a Câmara.

O reembolso será analisado caso a caso pela segunda vice-presidência, ocupada pelo deputado André de Paula (PSD-PE), e levando em conta o parecer dos órgãos técnicos da Casa. Com isso, espera-se diminuir o represamento de processos que aguardam deliberação da Mesa.

O plano de saúde dos deputados custa R\$ 420 por mês e garante direito à rede conveniada nacional, com a possibilidade de adicionar filhos e cônjuge como dependentes - o plano é no formato de coparticipação e cobra-se 25% de cada despesa médica. Caso não sejam contratantes do plano de saúde, os parlamentares podem conseguir atendimento no Departamento Médico da Câmara (Demed) e pedir reembolso para despesas realizadas externamente. Os parentes também podem utilizar o Demed, caso sejam dependentes.

Corte de R\$ 31,9 bi

O Orçamento de 2021 é considerado uma peça de ficção por apresentar diversos problemas que ferem as regras fiscais. As receitas estão superestimadas, enquanto as despesas não foram corrigidas corretamente e devem ser muito maiores do que o previsto, comprometendo o cumprimento do teto de gastos - emenda constitucional que limita as despesas à **inflação** do ano anterior. Pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI), o governo precisará cortar R\$ 31,9 bilhões para evitar estouro do teto. A meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite um rombo de até R\$ 247,1 bilhões em 2021, também pode ser descumprida pelo fato de as despesas estarem subestimadas. Esse impasse no Orçamento é mais um ingrediente para a desconfiança crescente de investidores sobre a capacidade do governo em controlar o aumento do endividamento público. O secretário Bruno Funchal reconheceu que os compradores de títulos públicos estão cobrando prêmios de risco cada vez mais elevados. Um dos principais problemas apontados por especialistas é a manobra contábil do relator, o senador Marcio Bittar (MDB-AP), que cortou R\$ 26,5 bilhões de gastos obrigatórios para criar espaço para emendas parlamentares. Na segunda-feira, um grupo de 21 congressistas acionou o Tribunal de Contas da União (TCU). Eles pediram um parecer sobre essa manobra contábil e alertaram para o risco de pedaladas fiscais. O ministro do TCU Bruno Dantas é o relator designado para o processo. (RH)

IGP-M pode elevar aluguel em 30%

» ROSANA HESSEL » GABRIELA BERNARDES*

Apesar dos indícios de desaceleração na economia brasileira em meio ao agravamento da pandemia no país, a **inflação** não dá trégua. E quem está com o contrato de aluguel vencendo em abril precisará se preparar para negociar com o dono do imóvel. A correção poderá superar os 30%, principalmente, por conta do dólar valorizado e da alta dos preços dos combustíveis que estão fazendo a **inflação** do aluguel disparar.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) divulgados ontem, o Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), utilizado para a correção do aluguel, teve alta de 2,94% em março, acelerando em relação à variação de 2,53% de fevereiro. O resultado ficou abaixo da mediana das estimativas do mercado, de 3,02%, mas foi o maior para o mês de março desde 1995, quando a taxa foi de 1,12%. "Fico muito triste" "Esse IGP-M de março é o mais elevado desde o início do Plano Real", afirmou o economista André Braz, coordenador do Índice de Preços do FGV Ibre. O plano de estabilização de preços foi lançado em julho de 2014. No ano, o IGP-M acumulou elevação de 8,26% e, em 12 meses, chegou a 31,1%, o maior patamar desde maio de 2003, segundo Braz. O indicador apresentou aceleração generalizada em seus componentes.

Para Luiza Martins, atriz de 27 anos, qualquer reajuste no valor de seu aluguel, mesmo que pequeno, trará problemas para a vida financeira dela. E, como não teve sucesso ao tentar negociar com o proprietário no ano passado, ela já pensa em procurar outro apartamento para morar. "Com a pandemia, fiquei praticamente sem trabalho. Comecei a vender bolos e doces, mas, mesmo assim, ainda não consigo completar meu salário. Pago minhas contas com dinheiro contado", afirmou. "Se aumentar muito, não vou ter condições. Vou ter que procurar outro lugar. E, no meio da pandemia, isso está ainda mais complicado.", lamentou.

A situação é a mesma para o motorista Gilmar Couto, de 52 anos. Pai de três filhos, ele e a esposa pagam o aluguel de uma casa em Brasília. Com a pandemia, a esposa de Gilmar, Maria, perdeu grande parte das clientes como manicure. Os dois também temem não conseguir pagar o valor do aluguel reajustado se a correção vier acima de 30%. "A corretora que aluga aqui pra gente sempre aumenta o preço, nunca teve uma exceção. Nosso contrato vai renovar agora em

abril. Se aumentarem de novo, vou ter que procurar um lugar menor. Já não moramos em um lugar grande, e meus filhos terão que se apertar ainda mais. Eu fico muito triste com isso.", contou o motorista.

De acordo com Braz, a alta do IGP-M de março recebeu influências diversas. O avanço no índice mostra que a alta das matérias-primas, mesmo em desaceleração, ainda desafia a cadeia produtiva, de modo a provocar o aumento nos preços de bens intermediários e de bens finais. Os combustíveis também responderam "por parte importante da aceleração de março do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) do Índice de Preços ao Consumidor (IPC)", que antecipa a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e deve encerrar março com alta de 1,1%.

* Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

Visto, lido e ouvido - VISTO, LIDO E OUVIDO

CIRCE CUNHA

Reforma ministerial ou uma simples dança das cadeiras, em que um ou mais dos participantes sempre vão ficando de fora da roda ou, nesse caso, do governo. Essa é uma das dúvidas, talvez a menor de todas, que vai ficando na mente da população sobre as demissões relâmpagos de alguns ministros e a realocação de outros em postos que ficaram vagos. A única certeza que se passa a quem tem acompanhado a ciclotimia vivida e induzida pelo atual chefe do Executivo é que esses remanejamentos de última hora se dão pela própria instabilidade, até emocional, experimentada diante das pressões vindas, ao mesmo tempo, do Congresso, do Supremo, das Forças Armadas e de boa parcela da população diante da montanha de mais de 300 mil cadáveres da covid-19, que, para muitos, é resultado de um conjunto errático de políticas em todas as áreas, sobretudo na Saúde.

O que se aposta nessas mudanças repentinas é que, assuma quem vier assumir, o presidente Bolsonaro não mudará significativamente seu modus de governar. Analistas políticos vem, há algum tempo, alertando para o fato de que o pretense apoio dado pelo Centrão, dentro de uma governança e estabilidade hipotética, se dá da seguinte forma: esse bloco não vende o apoio finalizando determinada negociação. O Centrão aluga seu apoio para uma situação específica a preços altos e, depois, recolhe essa escora sem o menor constrangimento. Trata-se aqui de uma espécie peculiar de presidencialismo de coalizão.

Ao escancarar as portas do Palácio do Planalto a esse grupo por completa falta de alternativa, Bolsonaro assumiu os riscos que esse tipo de apoio traria cedo ou tarde. Preferiu seguir adiante, mesmo sabendo que esse tipo de amizade dura para sempre ou até que um "remédio amargo" surja de repente.

Com relação aos militares, para quem o atual governo, orientou seu gabinete e algumas atuações, a questão, para ficar no linguajar popular, é que o comando das Forças Armadas chegou à conclusão de que o apoio incondicional a um governo que não se entende iria "queimar o filme" da instituição, ou seja, prejudicar o delicado apoio conseguido com muito custo, depois de 20 anos de ditadura, junto aos brasileiros.

Com o Supremo, os entreveros vêm de longe, com ameaças, inclusive, de fechamento da Corte e outras rinhãs nonsense, o que, de certa forma, reduziram as relações entre ambos ao que manda o protocolo. Trata-se da tão comentada solidão do poder, observada por muitos presidentes no passado e que se resume a uma espécie de confinamento do mandatário no mal-assombrado Alvorada, cercado de seus mais íntimos colaboradores e família. No caso de Bolsonaro, em que os filhos formam com ele uma espécie de gabinete consultivo permanente, esse seria no que vai se resumindo o governo atual.

A frase que foi pronunciada "Sou uma pessoa insegura, indecisa, sem rumo na vida, sem leme para me guiar: na verdade, não sei o que fazer comigo." Clarice Lispector e parece que outros

Boa ideia

» Danilo Barbosa ganha elogios com a sinalização de Brasília. Moradores de diversas casas pela cidade adotaram o padrão das placas para designar a quadra, conjunto e a própria casa.

Adote a ideia

» No Ministério de Infraestrutura, a delegada da Polícia Federal Fernanda Oliveira é a responsável por estabelecer práticas de governança e atua preventivamente no combate a irregularidades no setor. Há reuniões de capacitação dos funcionários intituladas Circuito Radar Anticorrupção.

Notícia

» Segundo levantamento do CRF/DF e do Sincofarma, aproximadamente 1.000 farmacêuticos, fora os atendentes de farmácia, foram afastados com suspeita e diagnóstico de covid e, pelo menos, sete óbitos de farmacêuticos já foram registrados em decorrência da doença.

Aula

» Maria Lucia Fatorelli fala sobre **inflação** e juros. Veja o link no Blog do Ari Cunha.

Humanos que sofrem

» Discussão interessante no grupo de moradores do Lago Norte. Cachorros que latem sem parar versus cachorros que fogem. A Lei de Maus Tratos não prevê as duas situações. Deveria.

Novidade

» Detran fará fiscalização por videomonitoramento nas vias do Aeroporto Internacional de Brasília. Mais fluidez e segurança são os objetivos. As vias de embarque e desembarque também serão monitoradas. Tudo preparado para funcionar no início de abril.

História de Brasília Não chegou a ser ridículo, mas foi gaiato o termo "marrom" usado pelo DC-Brasília contra a acusação do nosso Wilson Aguiar ao diretor do Departamento de Turismo, sr. René Nunes.

Publicada em 28/01/1962

Orçamento fictício leva equipe de Guedes a ameaçar nova debandada

Bernardo Caram, Thiago Resende e Fábio Pupo

As ameaças ao teto de gastos criaram um ambiente de revolta dentro do Ministério da Economia. Membros da cúpula da pasta sinalizaram que, se a regra de limitação de despesas for que -brada, poderão deixar os cargos em razão das manobras no Orçamento de 2021.

O movimento poderia ser maior do que a debandada no time do ministro Paulo Guedes (Economia) em agosto de 2020 diante da dificuldade de avanço da agenda liberal no governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Na época, por causa da falta de apoio político, os ex-secretários especiais Salim Mattar (Desestatização) e Paulo Uebel (Desburocratização) deixaram os cargos ao mesmo tempo.

Ainda surpresos com as recentes trocas feitas por Bolsonaro em ministérios, membros da área econômica ouvidos pela afirmam que, se não houver solução para o impasse do Orçamento, que deixa a regra do teto em risco, haverá vagas disponíveis no Ministério da Economia.

De acordo com um auxiliar de Guedes, o ministro deu o recado a colegas e a Bolsonaro, a quem caberá a decisão final no governo sobre como o problema no Orçamento será resolvido.

Segundo técnicos do Ministério da Economia, para o teto de gastos não ser rompido, será preciso ser feito um corte de despesas que pode paralisar a máquina pública.

A solução, então, é que parlamentares e ministros da área de infraestrutura e obras concordem em desistir de alguns projetos, abrindo espaço no Orçamento para os gastos obrigatórios, que estão abaixo do patamar mínimo.

A análise do ministério sobre as possíveis soluções para o impasse envolve, principalmente, os secretários de Fazenda, Waldery Rodrigues, de Orçamento, George Soares, e do Tesouro, Bruno Funchal, além de Guedes.

O projeto aprovado pelo Congresso desagradou a esses membros da pasta, que têm a atribuição de

administrar as contas federais e pregam respeito às regras fiscais.

A própria equipe econômica vê risco ao assinar o texto, caso seja sancionado da forma aprovada pelo Congresso. Para integrantes do governo ouvidos pela Folha, formalizar o Orçamento no desenho atual significaria assinar uma condenação pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

A avaliação na pasta é que o presidente estará se colocando em risco se não alcançar um acordo para corrigir o Orçamento. Para uma pessoa próxima a Guedes, a amai versão do texto inviabilizaria o funcionamento do governo nos próximos meses, deixando o presidente em posição vulnerável em relação aos parlamentares, que poderiam cobrar uma fatura mais alta no futuro para tirá-lo de eventual risco de impeachment.

Diante das dificuldades, servidores do ministério também temem assinar documentos e atos da pasta que possam gerar punições no futuro por estarem em desacordo com as regras fiscais. O movimento é conhecido como "apagão de canetas".

O presidente da Assecor (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento), Márcio Gimene, afirma que os técnicos do ministério são responsáveis por assinar créditos para a execução orçamentária ao longo do ano, o que os coloca em risco diante dos problemas nas contas de 2021.

"O que está nos preocupando é que, na hora de os técnicos se posicionarem sobre esses créditos, eles possam ser arrolados pelo TCU (Tribunal de Contas da União) como partícipes de alguma irregularidade administrativa", disse. "Estamos avaliando possibilidades jurídicas para nos precavermos", disse.

O temor dentro do Ministério da Economia também se agravou diante de sinalizações de que o TCU quer ajustes no Orçamento. O tribunal entrou no assunto após uma representação sobre o Orçamento feita por deputados na segunda-feira (29).

De acordo com relatos de integrantes do TCU feitos à Folha, o tribunal deve fazer um levantamento dos problemas que levaram ao imbróglio e cobrar

informações da Casa Civil ou do Ministério da Economia.

Mesmo que não haja uma posição conclusiva, o órgão deve emitir um posicionamento "suficientemente duro" sobre o tema.

O caso será objeto de análise preliminar da unidade técnica do tribunal. Conforme integrantes do TCU, a área pode concluir em parecer que há crime de responsabilidade se Bolsonaro sancionar o Orçamento conforme o texto saiu do Congresso.

Com o objetivo de preservar a equipe, a ordem na pasta é não entrar em confronto com o Congresso. Um exemplo asado internamente é o de Ernesto Araújo, que entrou em um embate público com parlamentares e acabou forçado a pedir demissão.

Guedes fez um pedido à classe política nesta terça-feira (30) para ajustar o Orçamento e para que não haja uma desorganização da economia.

"Nosso apelo final é que os acordos políticos têm que caber nos orçamentos públicos. A essência da política é fazer alocação dos recursos, [com] nosso compromisso com a saúde e a responsabilidade fiscal", afirmou ao participar da divulgação de dados do mercado de trabalho.

Sem citar nomes, o ministro atribuiu os problemas vistos no Orçamento a uma falha de comunicação entre os envolvidos. Ele disse haver espaço para asar mais recursos públicos neste ano, mas desde que diretamente para o combate à Covid ou seus efeitos e com valor definido para cada programa.

Na semana passada, o Congresso aprovou o Orçamento após um corte em despesas obrigatórias, como a verba para aposentadorias e pensões, que passou a ficar subestimada na previsão de gastos de 2021.

A manobra, que teve o aval de aliados de Bolsonaro, foi para abrir espaço no Orçamento para mais emendas parlamentares -forma de um congressista colocar sua digital numa verba para projetos na base eleitoral, especialmente obras.

Ao turbinar emendas e reduzir os recursos para despesas obrigatórias (que não podem ser adiadas), o Congresso aprovou um Orçamento para 2021 que, na avaliação da equipe econômica, é inexecutável e põe em risco a regra do teto.

O teto de gastos é uma regra aprovada pelo Congresso em 2016 para controlar as contas públicas. A norma constitucional impede que as despesas

cresçam acima da inflação.

O contingenciamento orçamentário, que pode se aproximar de R\$ 40 bilhões, precisaria ser nas chamadas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Efeito do fim do auxílio na economia foi menor que o esperado, diz presidente do BC

Larissa Garcia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o efeito do fim do auxílio emergencial na economia foi menor que o esperado e que o nível de atividade surpreendeu para cima no quarto trimestre do ano passado e nos dois primeiros meses de 2021.

O titular do Banco Central participou de evento virtual do banco Daycoval nesta terça-feira (30).

A expectativa era que, com o fim do benefício pago pelo governo aos mais pobres em razão da pandemia de Covid-19, o consumo diminuísse e a economia fosse mais impactada.

"Tivemos diversas surpresas positivas [na atividade econômica]. O **PIB** do quarto trimestre veio acima do esperado, e o **IBC-Br** (índice de atividade do BC) se recuperou quase que integralmente", disse Campos Neto.

O presidente do BC disse que esperava desempenho pior da economia com o efeito do fim do benefício, pago pelo governo até dezembro.

"Esperávamos retração maior com efeito do fim do auxílio em janeiro e fevereiro. Curiosamente janeiro veio forte [IBC-Br], e os dados que temos até agora de fevereiro também. Isso indica que temos um crescimento mais resiliente mesmo com a retirada parcial do auxílio", avaliou.

"Nesse cenário, o impacto do fim do auxílio foi menor que o esperado", completou o presidente do BC.

Campos Neto destacou que os indicadores ainda não mostraram os efeitos da piora na pandemia e dos novos lockdowns, mas ressaltou que o cronograma de vacinação deve avançar no segundo semestre.

"Temos uma projeção para o primeiro semestre um pouco pior que a do mercado, por uma incerteza grande em março, abril e maio", afirmou.

Ele disse acreditar que o segundo semestre será melhor. "Entendemos que, com a reabertura da economia e com o cronograma de vacinação, o segundo semestre será mais forte", disse.

Sobre **inflação**, Campos Neto reafirmou ser temporária e disse que recentemente o indicador foi afetado pelo câmbio e pela alta nos preços das commodities.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Mercado ignora maior crise militar em quase 45 anos, e Bolsa sobe 1,23%

Júlia Moura

Os índices do mercado financeiro brasileiro não reagiram à maior crise militar desde 1977. Enquanto era anunciada a saída dos três comandantes das Forças Armadas por discordar do presidente da República, indicadores financeiros apontavam nesta terça-feira (30) uma redução de risco no Brasil.

Na manhã desta terça, Edson Leal Pujol (Exército), fiques Barbosa (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) colocaram seus cargos à disposição do general da reserva Walter Braga Netto, novo ministro da Defesa, e reafirmaram que os militares não participarão de nenhuma aventura golpista. A pedido do presidente Jair Bolsonaro, foram demitidos.

O fbovespa, principal índice da Bolsa brasileira, encerrou o pregão em alta de 1,23%, a 116.849,67 pontos. O dólar caiu 0,15%, a R\$ 5,7580. O turismo está a R\$ 5,93.

O real foi a moeda emergente que mais se valorizou no pregão desta terça.

Em um sinal de menor aversão a risco, os juros futuros cederam. Juros futuros são taxas de juros esperadas pelo mercado nos próximos meses e anos. São a principal referência para o custo de empréstimos que são liberados atualmente, mas cuja quitação ocorrerá no futuro.

O juro para julho 2026 foi de 8,718% na véspera para 8,53%. A taxa para janeiro de 2033 foi de 9,44% para 9,34%.

Segundo André Perfeito, economista-chefe da Necton, a mudança nas Forças Armadas não implica grandes alterações de curto prazo, por isso o mercado não reage à notícia.

"Não dá para dizer que Bolsonaro perdeu sua influência sobre as Forças Armadas, e, mesmo que tenha perdido, militar não tem voto no Congresso. O mercado está mais interessado em saber se vão ser aprovadas as reformas ou não, e aparentemente Bolsonaro se aproximou do centrão."

Para analistas, a **reforma ministerial** promovida pelo

presidente na segunda (29), com acenos ao centrão - como ao colocar uma deputada do grupo, Flávia Arruda (PL-DF), para comandar a Secretaria de Governo - aumenta a possibilidade de aprovação de reformas, que reduziriam o déficit fiscal.

"A governabilidade sem sombra de dúvida irá melhorar", diz Antônio Van Moorsel, sócio da Acqua investimentos.

"O mercado está gostando das notícias recentes de troca de ministros e não está mudando preço por causa da mudança do comando dos militares", diz Daniel Miraglia, economista-chefe do Grupo Integral.

A interpretação de analistas é que os ativos de mercado refletiram uma melhora no desemprego e a expectativa de mudanças de Orçamento.

Fevereiro teve abertura líquida (contratações menos desligamentos) de 401,6 mil vagas, acima do registrado em janeiro e do mesmo período do ano passado, segundo dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), divulgados nesta terça. O número veio acima do esperado. A estimativa mediana de economistas consultados pela Bloomberg era de 257,5 mil vagas.

"Eu esperava que [a saída dos três comandantes das Forças Armadas] tivesse um impacto negativo semelhante ao da Petrobras. Talvez mercado esteja com tantas notícias para absorver, que esta teve repercussão menor", afirma Van Moorsel.

Nesta terça, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmou que o Congresso está aberto a discutir com o governo eventuais correções ao Orçamento de 2021, que foi aprovado priorizando emendas parlamentares.

O Ministério da Economia considera difícil Bolsonaro sancionar o Orçamento com o formato aprovado pelo Congresso, sob risco de o governo cometer crime de responsabilidade ao assinar o texto.

"O cenário político está no momento mais delicado deste governo. Mais danças de cadeiras nos ministérios podem acontecer se não conseguirem abrigar todas as emendas e atender os interesses políticos do centrão", diz Camila Abdelmalack,

economista-chefe da Veedha.

Ela também aponta as declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, nesta terça como positivas para os ativos.

Em evento, ele reiterou que o Copom (Comitê de Política Monetária do BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em ritmo mais rápido que o esperado pelo mercado por entender que, com o movimento transitório de **inflação** em alta, dessa forma poderia entregar um orçamento menor de juros. Contudo, ele alertou que um fiscal descontrolado reduz a eficiência da política monetária.

Campos Neto comentou que, em conversas com outros banqueiros centrais nos últimos meses, percebeu leniência com a **inflação**, que antes do "reflation trade" parecia um problema distante.

O chefe do BC disse que o Brasil, à sua maneira, importou o conceito de que a **inflação** estava "morta", mesmo num período de fiscal doméstico ainda preocupante.

O "reflation trade" é um fenômeno que ocorre quando investidores adotam estratégias voltadas a ativos que tendem a se valorizar em tempos de maior **inflação** na esteira de recuperação de crises.

"No caso do Brasil, com a nossa história, memória inflacionária recente, nós deveríamos mostrar um cuidado especial. O BC está muito atento à **inflação**, sempre com muita transparência."

Do lado fiscal, o presidente do BC citou que o Brasil só não é mais endividado entre países em desenvolvimento do que Angola e Líbia.

"É muito difícil você segurar o monetário quando o fiscal está descontrolado", afirmou. "Precisamos ter um pano de consolidação fiscal. Sempre digo que, nesse sentido, o BC não é o piloto, é o passageiro. Se a gente não conseguir achar equilíbrio fiscal, o lado monetário fica bem menos eficiente."

Para analistas, Campos Neto passou a mensagem de que o ciclo de alta de juros vai ser mais ameno.

Participantes do mercado também dizem perceber que o ritmo de vacinação da população tem ganhado corpo, o que explica o forte desempenho de papéis de aéreas, shopping centers na sessão. Cerca de 10,1% da população adulta foi vacinada com a primeira dose no Brasil.

A maior alta do fbovespa foi da Embraer, que disparou 9,3%. Gol avançou 8,56% e Azul, 6,94%. No mesmo

grupo duramente afetado pela pandemia de Covid-19, CVC Brasil subiu 5,57%.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Secretário do Tesouro descarta má intenção em despesa 'maquiada'

Idiana Tomazelli, Célia Froufe

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, disse ontem não ter visto intenção dos parlamentares de burlar regras fiscais para turbinar as despesas com emendas, que atendem aos redutos eleitorais dos congressistas.

Na semana passada, o Orçamento foi aprovado com um corte de R\$ 26,465 bilhões em benefícios previdenciários, trabalhistas e subsídios, manobra considerada contabilidade criativa, uma vez que as despesas são obrigatórias e não deixaram de existir.

O Tesouro transmitiu uma mensagem dura em seu sumário executivo sobre o risco de fragilizar a credibilidade das regras fiscais do País com esse tipo de manobra. Na entrevista coletiva, Funchal reiterou os riscos, mas foi mais cauteloso quando questionado se classificaria as manobras como "pedalada fiscal", como têm feito alguns técnicos e economistas.

"No fundo, o que a gente observou foi um processo de discussão orçamentária no Parlamento.

O resultado desse processo, como saiu... o Orçamento foi discutido de forma bastante rápida na semana passada na CMO e votado, e acabou saindo com alguns problemas que podem ser corrigidos. Nosso papel agora é, primeiro, diagnosticar o problema de forma correta para apontar as soluções, as alternativas", disse o secretário.

"Não acredito que seja uma coisa intencional para poder burlar alguma coisa. Acho que acabou sendo o resultado de um processo. É difícil, um orçamento que foi enviado em agosto do ano passado, foi votado agora, e a gente precisava votar para seguir numa execução normal.

Foi muito mais um problema no processo do que uma tentativa nesse sentido", acrescentou.

Mudança. Funchal também disse ver como positiva a indicação da deputada Flávia Arruda (PL-DF) como nova ministra da Secretaria de Governo, área responsável pela articulação política.

Flávia ocupou o comando da Comissão Mista de Orçamento (CMO) durante a votação do Orçamento

maquiado. O secretário do Tesouro contemporizou esse fato e disse que "talvez ela não tivesse a noção do problema que ia ser gerado".

"É positivo no sentido de que a ministra acompanhou o processo e tem essa habilidade para entender como precisa ser conversado para resolver o problema.

Talvez ela não tivesse a noção do problema que ia ser gerado na discussão na comissão, e isso ficou claro depois, sabendo da repercussão e das alternativas, pode ser positivo até porque participou profundamente de todo o processo", afirmou.

Para o secretário, todo o processo de votação do Orçamento deste ano foi "muito peculiar".

"Tudo foi muito rápido.

Alertamos o governo (Congresso), mas a votação toda foi muito rápida", enfatizou ele em outro momento, quando questionado se a equipe econômica não havia alertado a então presidente da CMO sobre os riscos.

Segundo ele, as equipes técnicas sempre conversaram com o relator, senador Marcio Bittar (MDB-AC), desde que o Orçamento foi enviado em agosto.

Sobre as acusações de que o governo não enviou informações atualizadas ao relator sobre o quadro fiscal, Funchal disse que enviar uma mensagem modificativa requeria refazer o Orçamento, com risco de atraso na votação. O governo já enfrentava problemas porque uma série de gastos estavam condicionados por causa do descumprimento da regra de ouro, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes.

"Passamos todas as informações necessárias para a votação do Orçamento", disse. Na última segunda-feira, relatório público do Ministério da Economia já apontava buraco de R\$ 17,5 bilhões no teto de gastos, a regra que limita o avanço das despesas à inflação.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

País criou mais de 400 mil vagas em fevereiro

Eduardo Rodrigues

O Brasil criou 401.639 empregos com carteira assinada em fevereiro, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados ontem pelo Ministério da Economia. O resultado decorreu de 1,694 milhão de admissões e 1,292 milhão de demissões. Em fevereiro de 2020, houve a abertura de 225.648 postos com carteira assinada a mais do que demissões.

Desde janeiro do ano passado o uso do Sistema do Caged foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas, o que traz algumas diferenças na comparação com resultados dos anos anteriores.

Além de reunir mais informações na mesma base de dados, o novo Caged tornou obrigatório informar a admissão e demissão de empregados temporários, modalidade criada na reforma trabalhista. Antes, essa comunicação era facultativa.

Dessa forma, não há como fazer a comparação com dados anteriores a janeiro de 2020 porque as bases de dados são distintas.

A maior parte do mercado financeiro já esperava um avanço no emprego no mês, mas o resultado veio bem acima do teto das estimativas de analistas consultados pelo Projeções Broadcast. As projeções eram de abertura de 150.000 vagas a 283.936 vagas em fevereiro.

No acumulado dos dois primeiros meses de 2021, o saldo do Caged é positivo em 659.780 vagas, bem acima do registrado no primeiro bimestre do ano passado, quando foram criados 277.517 postos formais.

O Caged trata apenas do mercado formal, com carteira. O número também está sob o impacto do programa do governo que permitiu às empresas cortarem salários e jornadas e suspenderem os contratos. Como contrapartida, o governo dificultou as demissões pelo mesmo número de meses em que os trabalhadores foram atingidos com uma das duas possibilidades (a da redução na jornada e salário ou a da suspensão dos contratos).

O programa se encerrou em dezembro, mas os trabalhadores ainda continuam "protegidos" em 2021 caso tenham sido afetados em 2020. Segundo números do Ministério da Economia, 3,3 milhões de empregados estavam com essa "garantia provisória" em fevereiro.

Parcela deles vai continuar com essa "proteção" até agosto.

Setores. A abertura de vagas em fevereiro se deu em todos os setores, mas foi puxada pelo desempenho de serviços, com a criação de 173.547 postos formais, seguido pela indústria geral, que abriu 93.621 vagas.

Já o comércio abriu 68.051 vagas, enquanto houve um saldo de 43.469 contratações na construção civil em fevereiro.

Na agropecuária, foram criadas 23.055 vagas no mês.

No segundo mês do ano, 24 Unidades da Federação registraram resultado positivo e apenas três tiveram saldo negativo.

O melhor resultado foi registrado em São Paulo com a abertura de 128.505 postos de trabalho. Já o pior desempenho foi o do Amazonas, que registrou o fechamento de apenas 625 vagas em fevereiro. O salário médio de admissão nos empregos com carteira assinada passou de R\$ 1.774,57, em janeiro, para R\$ 1.727,04 em fevereiro.

Corte de salários. O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, afirmou ontem que o governo estuda pedir ao Congresso um crédito extraordinário para bancar a reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), fora do teto de gastos, a regra que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à **inflação**.

Segundo ele, a estimativa de custo para a prorrogação da medida é de cerca de R\$ 10 bilhões.

O BEm é o benefício pago pelo governo de complementação de renda para os trabalhadores que tiverem a jornada e o salário reduzidos ou o contrato suspenso. A equipe econômica queria mudar as

regras do seguro-desemprego, incluindo medidas como redução de 10% em cada parcela, como forma de compensar uma nova rodada do programa.

A medida, porém, foi barrada pela ala política do governo e foi criticada por centrais sindicais.

Com o crédito extraordinário, o governo abandona, pelo menos por enquanto, a proposta de modificar o seguro- desemprego.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Cuidando do caminho para 2022 - ZEINA LATIF

ZEINA LATIF

Sabemos que a democracia envolve muitos aspectos. Um bastante importante é garantir eleições justas, sem manipulações, abuso de poder do incumbente e influência indevida de grupos organizados.

A eleição de 2014 não passou no "teste de qualidade". O governo Dilma já vinha promovendo a deterioração da gestão fiscal em ritmo acelerado, obscurecida por truques contábeis, e na campanha dobrou a aposta. Rasgou todos os manuais da responsabilidade fiscal para estimular artificialmente a economia com medidas populistas. As "pedaladas" acumularam quase R\$90 bilhões; os restos a pagar deixados para 2015 atingiram o pico da série de 13,4% do Orçamento; os gastos que (equivocadamente) ficavam fora da contabilidade do déficit público aceleraram -o FIES saltou 66% em um ano, registrando R\$12 bilhões. E por aí vai.

Tardou para o Tribunal de Contas da União confirmar a ilegalidade das pedaladas, já conhecidas em 2014. Ao mesmo tempo, o Congresso aprovou a mudança da Lei de Diretrizes Orçamentárias no final daquele ano, sob protestos da oposição que, corretamente, acusava o governo de descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Com as falhas das instituições, Dilma se reelegeu e foi diplomada.

A eleição de 2018 tampouco passou no teste, mas por outras razões. Militares e lava-jatistas dentro e fora de Curitiba atuaram em favor de Bolsonaro e, certamente, influenciaram bastante o pleito. Afinal, as Forças Armadas e o Ministério Público eram consideradas as instituições mais confiáveis pela sociedade, conforme pesquisas de opinião da época. Cabe lembrar o tuíte do general Eduardo Villas Boas, as divulgações de Sérgio Moro e as investidas contra Geraldo Alckmin e Fernando Haddad nas vésperas da eleição.

Para 2022, o difícil quadro econômico e o recuo de muitos grupos organizados de apoiadores de Bolsonaro aumentam o apelo para populismo e extremismos, que precisam ser coibidos.

Tirando a vacinação em massa adiante, não há motores para o crescimento, sendo que a economia sairá estruturalmente mais fraca da pandemia, com um potencial de crescimento ainda menor.

O ambiente macroeconômico se deteriora em função do enfraquecimento do regime fiscal -leia-se a piora da gestão das contas públicas e a falta de perspectiva de conserto -, o

que dificulta o funcionamento das engrenagens do setor privado. Além disso, a **inflação** tende a ficar mais teimosa, machucando as classes populares. Mesmo que a cotação do dólar venha a dar trégua, há muita pressão no atacado a ser repassada ao consumidor final-as empresas estão com margens muito apertadas-e há focos de preocupação na **inflação** de alimentos e de energia, itens essenciais.

As incertezas políticas alimentam o conservadorismo de empresários e investidores, que adiam decisões de contratação de mão de obra e investimento. O mesmo vale para o capital estrangeiro. Os avanços em marcos regulatórios de infraestrutura não irão produzir resultados concretos tão cedo, pois há muitas etapas a serem vencidas.

Vale citar que Bolsonaro parte de uma aprovação líquida bem mais baixa do que a de Dilma nos piores momentos. Pelo Datafolha, está negativa em 14% (30% aprovam e 44% desaprovam), enquanto Dilma manteve cifras no campo positivo: 5% (30% aprovavam e 25% desaprovavam) em julho de 2013, após os protestos. Difícil acreditar que a vacinação mudará muito esse retrato, com o agravante que a população imunizada poderá ir para as ruas protestar.

Como Bolsonaro irá reagir à probabilidade crescente de sua não reeleição e até ao questionamento sobre conseguir estar no segundo turno?

Na economia, aumenta o risco de medidas fiscais populistas, com a ajuda do centrão, que anseia por mais recursos. Há limites, porém. Não será possível, nem de longe, repetir 2014, quando as derrapadas fiscais não eram tão claras. O TCU agora está mais atento e os investidores mais impacientes. Nessa linha, a reação negativa por parte de técnicos, de atores políticos e dos mercados ao Orçamento de ficção deste ano é boa notícia. Tentaram passar um cheque sem fundo e foram pegos.

Alguns temem ações extremistas de Bolsonaro e apoiadores. Em que pesem os muitos tropeços

institucionais no país, não seria algo que passaria batido.

O momento pede maior vigilância por parte das instituições democráticas.

Na economia, aumenta o risco de medidas fiscais populistas, com a ajuda do centrão, que anseia por mais recursos. Mas há limites

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reedição da MP 936 custará R\$ 10 bi, diz secretário de Guedes

FERNANDA TRISOTTO E GERALDA DOCA
ecorionia@oglobo.com.br **BRASÍLIA**

O secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse ontem que o custo da nova edição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) ficará em torno de R\$ 10 bilhões. Ele afirmou ainda que a iniciativa, editada no ano passado por meio da medida provisória (MP) 936, pode ficar fora do teto de gastos -regra fiscal que limita o aumento das despesas à inflação.

- Estimamos o custo do novo BEm em algo próximo a R\$ 10 bilhões, ainda estamos fechando esse valor - declarou, durante apresentação dos dados sobre o mercado de trabalho em fevereiro.

Bianco explicou que está em estudo a possibilidade de financiar a ação por meio de créditos extraordinários:

- Estamos ponderando a utilização de crédito extraordinário, que nos permitiria não nos valermos de algumas regras fiscais, como o teto de gastos.

O secretário destacou, no entanto, que, ainda que tenha sinalização do uso de créditos extraordinários, o governo precisa aguardar a solução do impasse do Orçamento - considerado inexecutável na forma que foi aprovado -para ter a segurança necessária.

No ano passado, o programa vigorou entre abril e dezembro. A medida prevê que a União compense parte da perda salarial do trabalhador afetado pelos acordos de suspensão de contrato e redução de jornada e salário. Por isso, há impacto sobre as contas públicas.

A primeira rodada do BEm custou ao governo cerca de R\$ 33 bilhões em 2020. O gasto emergencial foi possível porque o país estava oficialmente em calamidade pública, o que suspendeu regras fiscais.

Nos bastidores, integrantes do governo passaram a defender nos últimos dias reeditar o decreto de calamidade para renovar o programa de preservação de empregos, diante da falta de fontes alternativas de financiamento.

Segundo técnicos da equipe econômica, a abertura de um crédito extraordinário não resolveria o problema.

Apesar de ficar fora do teto, ainda seria necessário apontar uma fonte de custeio, por causa do cumprimento da meta fiscal, que é de déficit de R\$ 247 bilhões.

Técnicos da Secretaria de Trabalho estimam que há R\$ 8 bilhões dos chamados restos a pagar, recursos destinados ao programa no ano passado que sobraram. Porém, dados da comissão de Orçamento apontam que o valor foi reduzido a R\$ 4 bilhões, devido a cancelamentos. Além disso, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PFGN) tem dúvidas se averba poderia ser utilizada para essa finalidade.

A prerrogativa de decretar estado de calamidade é do presidente Jair Bolsonaro, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, é contra a medida, segundo auxiliares. O argumento é que ela poderia sinalizar ao mercado descontrole das contas públicas ao abrir brecha para outras demandas.

Contudo, o governo não está encontrando solução que não afete o cumprimento da meta. Uma saída seria encaminhar ao Congresso projeto para alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), ampliando a previsão de rombo. Mas essa alternativa também teria efeitos negativos no mercado.

VALIDADE POR ATÉ 4 MESES

O governo conseguiu aprovar no Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (Codefat) o adiamento das despesas com abono salarial. A ideia era financiar a nova edição do BEm, mas o espaço foi preenchido por emendas de parlamentares na aprovação do Orçamento.

De acordo com o secretário, a pasta defende que a nova versão do programa siga os moldes do ano passado, que permitiu a suspensão de contratos de trabalho e a redução proporcional de salário e jornada. Na nova rodada, os acordos de redução salarial teriam validade de dois meses, prorrogáveis por igual período, segundo fontes a par das negociações.

-(Defendemos) um programa exatamente igual ao do ano passado, obviamente com mudanças de prazo, tudo a depender de questões a serem avaliadas pelo presidente da República junto conosco -explicou Bianco.

"Estamos ponderando a utilização de crédito extraordinário, que nos permitiria não nos valermos de algumas regras fiscais, como o teto de gastos"

Bruno Bianco, secretário especial de Previdência e Trabalho

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Orçamento tem de ser revisto para evitar "apagão da caneta"

Atícia Martins e Anais Fernandes De São Paulo

A aprovação de um Orçamento com despesas obrigatórias estimadas em patamar impraticável para elevar recursos destinados a emendas parlamentares foi um episódio ruim, em mais uma tentativa de contornar o teto de gastos, mas pode ser superado com diálogo entre Congresso e Executivo. A avaliação é dos economistas Mansueto Almeida e Carlos Kawall, que veem o corte das emendas infladas e o envio de Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) que recomponha os gastos obrigatórios como melhor resolução para o problema.

"Eu, como secretário do Tesouro, teria muito medo de assinar um documento com os valores que foram aprovados pelo Congresso Nacional", afirmou Mansueto, que deixou o cargo em julho do ano passado e hoje é economista-chefe do BTG Pactual, na Live do Valor de ontem. "O pior no meio de tantas coisas ruins é começar a colocar números do Orçamento em dúvida. É um desastre", comentou.

Diretor do ASA Investments e também ex-secretário do Tesouro, Kawall disse que as mudanças na peça orçamentária, se mantidas, podem resultar num "apagão da caneta", quando técnicos se recusam a endossar medidas que podem ser consideradas fiscalmente irresponsáveis. Já gestores em cargos de confiança poderiam deixar seus postos, acrescentou. "Pode ter baixas na equipe econômica caso o bom senso não prevaleça." Segundo Kawall, as modificações feitas pelo relator-geral da peça para este ano, o senador Mrcio Bittar (MDB-AC), "saltaram aos olhos", por mostrarem desprezo do Congresso pela situação do país, com aparente conivência do governo. "Vivemos uma terrível pandemia, com situação econômica dramática, e a prioridade é dada ao gasto político-eleitoral, ao arripio das normas constitucionais e legais." Ambos concordaram que o problema precisa ser corrigido o mais rápido possível, mas um simples contingenciamento de despesas discricionárias, já bastante comprimidas, não seria o suficiente para isso. Se o governo cortasse as despesas de livre alocação - que representam apenas 6% do Orçamento - para respeitar o limite do teto, elas cairiam para R\$ 55 bilhões em 2021, observou Mansueto. Neste nível, "não dá para todos os órgãos públicos funcionarem", observou.

Uma outra possibilidade com consequências ainda mais negativas seria o furo do teto de gastos, caso o Orçamento fique como está e o governo não tente obedecer o limite para as despesas obrigatórias, estourando o teto, avaliaram os ex-secretários do Tesouro.

"Se falar que não tem limite para o teto de gastos, podemos ver algo muito pior do que o que está acontecendo", alertou Mansueto, destacando que a moeda brasileira foi uma das que mais perderam valor ante o dólar neste ano e também em 2020. "O dólar fica mais caro, a gasolina fica mais cara, a expectativa inflacionária fica maior e o BC tem que aumentar juros." Não por acaso, pelos fundamentos econômicos de hoje, a taxa de câmbio deveria ser inferior a R\$ 5, apontou Mansueto, mas está em quase R\$ 5,80 e pode se depreciar ainda mais a depender da evolução do problema fiscal.

No começo deste ano, lembrou ele, o mercado esperava que o BC daria início a um processo gradual de aumento da Selic, que terminaria 2021 entre 4% e 4,5% ao ano. Agora, operadores de mesas de juros estimam que a taxa encerrará o ano em 6,5%.

Para Kawall, o quadro de acentuada desvalorização do real e de alta dos juros, que vem ocorrendo desde o segundo semestre do ano passado, está relacionado às contínuas tentativas de burlar o teto de gastos - o Orçamento fictício aprovado semana passada pelo Congresso seria a terceira delas desde então, enumerou ele.

O problema discutido agora é o Orçamento irrealista para 2021, apontou Kawall, mas o economista se disse já preocupado com 2022. No próximo ano, explicou ele, haverá mais espaço no teto porque a **inflação** acumulada nos 12 meses até junho, que corrige as despesas primárias da União sujeitas à regra, será mais elevada.

"O temor é que, desta vez, a opção não seja por aumento das despesas discricionárias, e sim por aumento das despesas obrigatórias", alertou o diretor do ASA. "Se aumentos permanentes de gastos vierem a ser propostos no Orçamento de 2022, a consequência é ou mais crise, ou aumento significativo da carga tributária." Por isso, é preciso que a vigilância sobre o processo orçamentário aumente, e o momento

não é de buscar culpados, mas de Executivo e o Congresso Nacional sentarem à mesa para negociar, defenderam Mansueto e Kawall. "Não adianta tentar fazer puxadinho. A melhor forma de consertar isso é pelo diálogo político", disse o economista-chefe do BTG.

Para Kawall, um outro passo importante seria haver um posicionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), para balizar as negociações. Ele disse que, muitas vezes, o Congresso ajuda, mas, no caso do Orçamento deste ano, a solução foi "péssima". "É ruim para o país, vai gerar menos crescimento econômico, menos emprego e não atende à responsabilidade fiscal, então tem de ser corrigido", afirmou. "O que vai acontecer com o país se agências de classificação de risco começarem a questionar a veracidade do Orçamento brasileiro?", questionou Mansueto.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186774

Movimento mais forte na Selic aumenta eficiência, diz BC

Estevão Taiar

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que elevações mais intensas da Selic em um primeiro momento podem tornar menor a alta total da taxa no fim do ciclo. Campos também reiterou que, embora o movimento inflacionário esteja "mais consistente e intenso" e comece a "se propagar", essas pressões continuam sendo temporárias na visão da autoridade monetária.

"Nós entendemos que fazer um movimento mais forte e mais próximo aumentava a eficiência e fazia com que a alta total pudesse ser menor", disse ontem, em evento realizado virtualmente pelo Banco Daycoval, a respeito da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). As declarações ajudaram as taxas futuras de juros a cair ao longo do pregão.

Na sua reunião deste mês, o Copom elevou a Selic de 2% para 2,75% ao ano e indicou nova alta de 0,75 ponto percentual em seu próximo encontro, que será realizado em maio.

Ontem Campos reforçou o plano do BC de realizar uma "normalização parcial" da política monetária, com uma taxa de juros "estimulativa". Ou seja, com a Selic abaixo da taxa estrutural de juros - aquela que permite o máximo de crescimento econômico sem acelerar a **inflação**.

"Falamos em normalização parcial por acreditarmos que o movimento que estamos vendo é temporário", disse. O presidente da autoridade monetária se situou em um grupo que inclui "parte dos membros" do Copom, que acreditam em uma recuperação mais rápida do mercado informal de trabalho assim que a economia reabrir.

"Outros acham que vai demorar um pouco mais. Não me situo nesse grupo que acha que vai demorar um pouco mais." Questionado no evento sobre o que faz com que ele perca o sono, Campos citou dois fatores: a necessidade de vacinação em massa e o descontrole fiscal.

"A segunda coisa que me tira o sono é o descontrole fiscal", disse ele. "É muito difícil segurar o monetário quando o fiscal está descontrolado."

O presidente do BC também destacou que o Brasil vem passando por um processo mais "exacerbado" do que os demais emergentes de descolamento entre a valorização de commodities e a depreciação do câmbio.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

O impasse de Bolsonaro: pedalada ou briga com centrão - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

Um fator ficou fora das equações montadas para tentar entender o resultado da **reforma ministerial** de Jair Bolsonaro: o orçamento de 2021, aprovado só na semana passada no Congresso. Especialistas em contas públicas apontam pedalada e maquiagem, além de despesas extrateto de R\$ 31,9 bilhões.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já avisou que, da forma como está, o orçamento é "inexequível". Entre as receitas previstas, está a que seria obtida com a privatização da Eletrobras, que não foi aprovada pelo próprio Congresso. E os recursos das despesas obrigatórias - Previdência, seguro-desemprego, abono salarial e Pronaf- foram reduzidos em R\$ 43 bilhões para permitir alta das emendas parlamentares. O aumento foi negociado entre o centrão, novo avalista de Jair Bolsonaro, e o antigo, o ministro da Economia, Paulo Guedes. Mas a equipe econômica diz que o centrão passou do ponto, e o orçamento é problema para o governo mesmo depois da dança de seis cadeiras.

Em live do jornal Valor Econômico, o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida afirmou que as despesas obrigatórias ficaram muito abaixo das previstas pela equipe econômica em relatório oficial.

- Uma das peças mais importantes da democracia é o orçamento, que define quanto o governo vai tributar e como vai alocar os recursos que arrecadou. Se não é feito de forma transparente, todo o resto é colocado em dúvida pela sociedade. Esse episódio precisa ser corrigido rapidamente - disse Mansueto, que comparou a manobra à maquiagem da **inflação** cometida anos atrás pela Argentina.

Carlos Kawall, outro ex-secretário do Tesouro, foi mais longe: - O que salta aos olhos é o desprezo que o Congresso, com aparente conivência do governo, tem pela situação do país, que vive uma terrível pandemia, situação econômica dramática, e a prioridade é o gasto político-eleitoral, ao arrepio das normas constitucionais e legais.

Uma das soluções seria transformar os R\$ 50 bilhões das emendas parlamentares em recursos para o custeio, evitando o "shutdown" (fechamento). Caso sancione o orçamento como está, dizem os

especialistas, Bolsonaro vai "pedalar", como fez a ex-presidente Dilma Rousseff, o que foi usado como justificativa para seu impeachment. Manobras semelhantes foram barradas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), já acionado por parlamentares, entre os quais o ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ). Se sancionar o orçamento, Bolsonaro incorre em risco de crime de responsabilidade.

Dia zero do resto da história da CEEE-D

No leilão de privatização da CEEE-D, que ocorre às 8h de hoje sem decisão judicial em contrário, a hipótese mais provável, como se especula há anos, é de que a CPFL fique com o braço de distribuição da estatal gaúcha. É que a dona da RGE teria ganhos maiores ao integrar as operações, uma vez que já presta o mesmo serviço na maior parte do Rio Grande do Sul. Conforme informações de mercado, haveria ao menos mais dois envelopes: um entregue de outra empresa do setor elétrico, e um terceiro de um fundo de investimentos.

Sobre a companhia do ramo, as apostas se concentram na Equatorial, que disputou a CEB, distribuidora do Distrito Federal, e perdeu para a Neoenergia, parte do grupo espanhol Iberdrola. A gaúcha seria uma nova oportunidade. E apetite, há: pediu informações para a concessão da Cedae, estatal de água e saneamento do governo do Estado do Rio.

Sobre o nome do fundo de investimentos, há mais dúvidas. Há especulações de que seja o Advent, que comprou e vendeu, com lucro, duas empresas relacionadas ao Rio Grande do Sul: Quero-Quero e Big/Nacional, repassada ao Carrefour por R\$ 7,5 bilhões. Mas não costuma investir em infraestrutura, como o canadense Brookfield, com boa fatia do saneamento no Brasil. Com patrimônio líquido negativo de R\$ 4,88 bilhões, a estatal gaúcha é "ativo lixo" para o mercado. Um fundo compraria, investiria, cortaria despesas, daria eficiência e venderia com lucro.

Para vencer o leilão, não há necessidade de caixa, porque o lance mínimo é simbólico, de R\$ 50 mil. Mas será necessário assumir uma dívida de ICMS no valor de R\$ 1,6 bilhão, com parcelamento em 10 anos, e fazer investimento pesado na distribuidora com objetivo de recuperar qualidade de serviço e manter a

concessão.

Startup capta R\$ 640 mil em dois dias

Em apenas dois dias, uma startup com sede em Porto Alegre captou R\$ 640 mil de investidores para reforçar suas atividades. Especializada no desenvolvimento de tecnologias de comunicação interna, a Sqed tem meta total de arrecadar R\$ 1,3 milhão. A startup participa de uma rodada de captação de recursos da CapTable. Também nascida na Capital, a empresa atua como uma plataforma de investimentos da StartSe.

Segundo a CapTable, a velocidade de arrecadação está cada vez mais rápida. Há cerca de um ano, captações de R\$ 500 mil poderiam levar até três meses para serem concluídas. A empresa considera que isso está diretamente atrelado com a "facilidade em realizar um investimento em startup na plataforma", modalidade que vem crescendo há alguns anos. O recorde de arrecadação é da Serall, empresa de Campo Bom, região metropolitana de Porto Alegre. Em 11 horas, a startup arrecadou R\$ 1,3 milhão.

Cardápio eclético

O agravamento da pandemia no Estado levou o restaurante Ohana Poke Rolls a reinventar a sua operação no Food Hall Dado Bier, na zona norte de Porto Alegre. O restaurante especializado em gastronomia havaiana com influência asiática (japonesa e coreana), incorporou o sushi ao cardápio. Foi um dos primeiros, em 2016, a trazer o poke havaiano (peixe cru cortado em cubos) ao Estado. Bruno Kim, proprietário do restaurante, explica que o negócio é uma forma de expressar afeto.

Gramado limpa

Duas empresas de Gramado, na serra gaúcha, uniram-se para auxiliar a Secretaria de Saúde do município no combate ao coronavírus. Com a Gcn, especializada em higiene e limpeza, a Turistur Gramado fez a sanitização em salas, nas ambulâncias e nos carros utilizados pela vigilância sanitária. A substância não é removida por produtos de limpeza. Após a aplicação, estima-se que o ambiente esteja protegido de vírus, incluindo o causador da covid-19 por 90 dias, no mínimo.

A ATIVA, TRADICIONAL EMPRESA DE MÍDIA EXTERIOR, PROSSEGUE EM SEU PLANO DE SUBSTITUIR FACES PUBLICITÁRIAS FIXAS POR TELAS DE LED, PROCESSO CHAMADO DE DIGITALIZAÇÃO NO SEGMENTO. EM PORTO ALEGRE, ESTÁ INVESTINDO R\$ 1,2 MILHÃO NA DIGITALIZAÇÃO DE 30 BANCAS DE SERVIÇO.

R\$ 10 bi é a estimativa de perdas de bancos americanos relacionadas à chamada de margem do fundo Archegos, que estava excessivamente alavancado. Em tempos de debate sobre bolha no mercado financeiro, espera-se que seja somente coincidência, não semelhança com sinais que começaram a aparecer em 2007.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021830#page/1>

Brasileiros estão pessimistas com a economia

Com um ano de isolamento social e a recente piora dos casos de Covid-19, o brasileiro adiou para 2022 seu horizonte de recuperação para a atividade econômica do País e a própria. A maioria da população (54%) acredita que só no próximo ano a condição financeira familiar irá melhorar, bem como, para 75% dos respondentes, a economia brasileira terá melhoras apenas em 2022. Por outro lado, alimenta desejos de consumo para quando a situação normalizar: 25% querem viajar, outros 23% desejam comprar um imóvel e 21% pretendem reformar a casa.

Os dados constam da primeira edição do levantamento Radar Federação Nacional dos Bancos (Febraban), pesquisa Febraban News - Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), que irá avaliar trimestralmente a evolução da expectativa dos brasileiros sobre os temas: situação da economia e consumo, bancos, pix, proteção de dados e meios de informação.

"Durante a pandemia, o papel do setor financeiro transcendeu, em muito, nossas atividades. Além de R\$ 3,5 trilhões que foram concedidos para o crédito, participamos de movimentos solidários que permitiram a milhões de pessoas enfrentarem melhor este momento. Estamos falando mais com a sociedade porque para melhor atendê-la é preciso ouvi-la cada vez mais", comenta o diretor de Comunicação da Federação, João Borges.

A primeira edição da pesquisa ouviu 3 mil pessoas de todas as regiões do País na primeira semana de março e indica que no horizonte dos próximos seis meses, o acesso ao crédito é o aspecto econômico que desfruta de melhor previsão. Por outro lado, confirmando as notícias sobre aumento do desemprego e da **inflação**, esses são os itens, juntamente com taxa de juros, sobre os quais os entrevistados, de todos os estratos demográficos, vislumbram a maior piora nos próximos meses.

"Grande parte das famílias tem ou teve que conviver por um longo período com perdas financeiras, esvaziamento das reservas, redução salarial, desemprego. Diante de tantas dificuldades enfrentadas, não é de se estranhar o pessimismo quanto à recuperação financeira das pessoas e do país", diz o cientista político e sociólogo Antonio Lavareda, presidente do Conselho Científico do

Ipespe, responsável pela pesquisa.

Recuperação - A piora na crise da saúde desviou para o próximo ano a expectativa de melhora da situação econômica pessoal e do País. Cerca da metade (54%) acredita que a condição financeira familiar só deverá melhorar a partir do ano que vem, quase um quarto (23%) está mais otimista e acredita ser possível uma melhora ainda esse ano. Em relação ao Brasil, a percepção é ainda pior: 75% não acreditam em recuperação econômica ainda esse ano.

Sobre o cenário econômico, 80% preveem o aumento da **inflação** e do custo de vida, 76% acreditam que a taxa de juros vai aumentar, 70% acham que o desemprego vai crescer, 64% vislumbram a diminuição do poder de compra das pessoas e 35% apostam na diminuição do acesso ao crédito, enquanto 30% opinam sobre seu aumento.

Consumo - Quando a situação financeira melhorar e as pessoas tiverem reserva para investir, a preferência é utilizar os recursos que sobram do orçamento sobretudo em investimentos bancários, realização de cursos e viagens. Entre os entrevistados, 31% querem investir na poupança, 27% aplicar em outros investimentos bancários. Parcela significativa dos entrevistados também quer fazer cursos e melhorar a educação sua e da família (25%), viajar (25%), comprar imóvel (23%) e reformar a casa (21%), fazer ou melhorar o plano de saúde (17%). Outros bens também estão na mira: 11% pretende comprar um carro, 10% comprar eletrodomésticos/ eletrônicos.

Serviços bancários - A confiança da população nos bancos em meio à crise e a percepção sobre sua contribuição nas diversas áreas é majoritariamente positiva. A confiança nos bancos (57%), nas empresas privadas (51%) e nas fintechs (49%) é elevada mesmo no cenário de recrudescimento da crise sanitária e econômica que afeta fortemente a vida da população. A maioria da população bancarizada se diz satisfeita com o atendimento prestado (69%) durante a pandemia.

Nos três primeiros meses de operação, destaca-se a aceitação do PIX, nova forma de pagamento digital.

Em questão de múltiplas respostas, 43% fizeram transferência bancária por meio do PIX, 37% utilizaram

para fazer pagamento, 32% para receber pagamento e 31% para receber transferência.

Uma parcela de 38% afirma não ter usado o PIX. O nível de satisfação das pessoas que utilizam o PIX é muito elevado em todos os estratos demográficos, chegando a 58% que atribuem notas de 7 a 10 à ferramenta.

Quanto à proteção de dados, a insegurança predomina no ambiente da internet. Seis em cada dez entrevistados se sentem inseguros - 41% pouco seguros e 21% nada seguros - com relação à proteção de seus dados pessoais no ambiente digital. Diante da insegurança quanto à proteção dos dados, 56% dos entrevistados afirmam tomar cuidado e adotar medidas protetivas; enquanto 29% têm apenas "um pouco" de cuidado.

Por fim, televisão e redes sociais são as principais fontes de informação: (TV aberta 57% e fechada 25%) para a maioria dos entrevistados; as redes sociais comparecem com 52%, seguidas de blogs e sites (37%).

Outros meios citados são: rádio (17%), jornal impresso (10%) e revista (5%). Das redes sociais (questão estimulada), a mais acessada é o WhatsApp (68%), seguida do Facebook (48%), Instagram (47%), Google (42%), Twitter (14%) e LinkedIn (8%).

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-31-03-2021/>

Risco de golpe - HÉLIO SCHWARTSMAN

As coisas que não são um problema em geral nem entram em nosso radar. No Brasil, não nos preocupamos, por exemplo, com nevascas nem com terremotos -e ninguém precisa nos lembrar de que esses fenômenos não constituem ameaça. "A contrario sensu", secomandantes militares e outras autoridades sentem necessidade de afirmar e reafirmar que não há risco de golpe, como acontece hoje, então devemos nos preocupar. Não significa, é claro, que tais eventos necessariamente ocorrerão, mas é um sinal claro de que a paisagem institucional se deteriorou. Quando não há mesmo risco de golpe, ninguém precisa nos dizer que não há risco de golpe.

Não creio, porém, que nosso prepósteros presidente tenha condições de desferir um ataque institucional com boas chances de sucesso. Ele, afinal, só deflagrou essa estranha **reforma ministerial** porque está fragilizado. Perdeu o apoio da fatia mais significativa do **PIB**, vem se indispondo com os principais governadores e prefeitos, vê sua popularidade encolher nas pesquisas e, constatamos agora, já não conta nem mesmo com o respaldo da cúpula militar. Bolsonaro ainda tem o suporte do centrão -mas só enquanto for capaz de entregar cargos e verbas e não se tornar um nome tóxico demais- e, de forma talvez mais inquietante, de grupos armados de policiais, soldados e baixo oficialato. Se não fizer nenhuma nova bobagem maior, Bolsonaro deve conseguir arrastar-se pelos próximos meses sem ser defenestrado.

Em 2022, se a epidemia tiver refluído o bastante e a economia voltar a crescer de forma perceptível, ele será um candidato à reeleição competitivo, apesar do rastro de destruição humana, econômica, institucional e moral que seu governo terá deixado atrás de si. Quanto aos brasileiros, teremos de nos haver com os historiadores do futuro, por nem termos tentado de verdade tirar esse homem de um posto que ele jamais deveria ter assumido.

helio@uol.com.br

Site:

<https://www.diarioonline.com.br/Digital/Page?editionId=1697>

Pagamento por whatsapp será aprovado

Suspenso enquanto aguarda análise do Banco Central (BC), o serviço de pagamentos por meio do aplicativo de WhatsApp deverá ser autorizado em breve, disse nessa terça-feira (30) o presidente do órgão, Roberto Campos Neto. Segundo ele, a ferramenta será uma inovação financeira, ao juntar mensagens, conteúdo e meios de pagamentos.

"Se eu tenho isso, o WhatsApp vai ser aprovado em breve para fazer pagamentos no Brasil. Vejo um casamento entre mídia social e o mundo de finanças, os controladores têm de entender como regular, enfrentar e o que significa para competição na sociedade", disse Campos Neto em evento virtual promovido por um banco.

Em junho do ano passado, o BC suspendeu o teste que o Facebook, empresa dona do WhatsApp, tinha começado a fazer no Brasil. Em parceria com as operadoras Visa e Mastercard, pessoas físicas e empresas poderiam usar a função pagamento dentro do aplicativo para transferirem dinheiro e fazerem pagamentos dentro do país e em reais. O BC, na época, interrompeu o serviço para verificar os riscos da nova tecnologia.

JUROS E INFLAÇÃO

Campos Neto também comentou a expectativa sobre os juros e a inflação. Segundo ele, a elevação de 0,75 ponto percentual na taxa de juros, a Selic (juros básicos da economia) na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) permitirá que o ciclo total de alta da Selic seja menos forte que o previsto.

"Esse movimento mais forte e mais próximo pode gerar uma elevação total menor", declarou. Há duas semanas, o Copom surpreendeu o mercado ao elevar a Selic em 0,75 ponto, enquanto a maioria dos analistas de mercado projetava alta de 0,5 ponto. No último boletim Focus, pesquisa com instituições financeiras divulgada toda semana pelo BC, os analistas preveem que a Selic, atualmente em 2,75% ao ano, encerrará 2021 em 5% e 2022 em 6%.

Sobre a inflação, o presidente do BC reiterou a visão da equipe econômica de que o fenômeno é temporário. Na avaliação de Campos Neto, está ocorrendo o repasse da alta do dólar e das commodities (bens primários com cotação internacional) para os preços neste primeiro semestre. Ele declarou que a inflação deverá continuar a vir alta nos próximos meses, antes de começar a cair.

"Estávamos vendo uma disseminação tanto na cadeia de alimentos, quanto de materiais, em parte ainda por um grande movimento que entendemos que é temporário, mas entendíamos que, aliado ao fator de alta na inflação global, e alta de commodities, era importante que se freasse esse movimento o mais rápido possível", disse Campos Neto.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=3438#book/>

Orçamento com "pedaladas" será analisado pelo TCU

Pela gravidade do alcance da "pedalada" nas despesas obrigatórias na votação do Orçamento de 2021, auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) devem tratar do tema na análise das contas do presidente Jair Bolsonaro de 2021. Se executar um Orçamento recheado de manobras contábeis, já identificadas por técnicos da própria área orçamentária do governo e do Congresso, o presidente corre o risco de cometer crime de responsabilidade fiscal, passível de impeachment. O tema causa apreensão num momento em que o presidente está sob pressão do Congresso por causa da condução na pandemia e anúncio de trocas nos ministérios.

A maquiagem orçamentária já está sob exame dos técnicos do tribunal depois que um grupo de parlamentares apresentou ao TCU nesta segunda-feira, 29, requerimento pedindo uma manifestação formal sobre o corte de R\$ 26,5 bilhões em despesas obrigatórias, sem respaldo nas projeções oficiais do Ministério da Economia, para viabilizar aumento recorde das emendas parlamentares.

Com o Orçamento na mira do TCU, governo e lideranças do Congresso buscam uma solução para o impasse em meio a acusações de traições, ganância por emendas, irresponsabilidade e quebra de acordo na votação do Orçamento, na semana passada. O clima azedou também entre Senado e Câmara.

A pressão maior é sobre o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), que está sendo cobrado pelo comando da Câmara a corrigir o "excesso" de emendas parlamentares, que pela primeira vez superaram a barreira de R\$ 50 bilhões.

Segundo apurou o Estadão, três opções estão na mesa: a votação de um novo projeto, o ajuste pelo relator ou veto do presidente Jair Bolsonaro. A equipe econômica tem um projeto para acomodar no Orçamento R\$ 16 bilhões extras em emendas, que foi o acordo inicial. Em vez disso, Bittar acrescentou quase o dobro, R\$ 31,3 bilhões.

Como revelou o Estadão, Guedes e a articulação política do governo Bolsonaro aceitaram incluir no Orçamento mais R\$ 16 bilhões em troca da aprovação da PEC do auxílio emergencial sem retirar o programa Bolsa Família da regra do teto de gastos, que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à

inflação.

O volume de emendas parlamentares subiu depois que o relator Bittar ampliou em mais R\$ 6 bilhões a fatia de emendas que ele próprio escolhe o destino, tendo o apoio do ex- -presidente da Casa Davi Alcolumbre (DEM-AP). Outros R\$ 8 bilhões acomodaram emendas adicionais para o Ministério do Desenvolvimento Regional, de Rogério Marinho.

FAs não são para sustentação política

» **Fernanda Strickland***

Ministro-chefe da Secretaria de Governo de janeiro a junho de 2019, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz repudia os movimentos de politização das Forças Armadas, uma das razões alegadas para a demissão do general Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa. "As FAs não são instrumento de intimidação política, pressão política, de projeto de poder pessoal", afirmou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. Ele também criticou a falta de transparência na reforma ministerial promovida pelo Planalto na segunda-feira. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O presidente Jair Bolsonaro surpreendeu tirando o general Fernando Azevedo do Ministério da Defesa. Os comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica também serão substituídos. O que isso representa?

Reforma ministerial acontece. O que surpreendeu foi a saída repentina do ministro da Defesa e o anúncio da troca dos comandantes. O que é um direito, mas chama a atenção o motivo pela qual é feita.

Na sua opinião, qual é o motivo?

Penso que o governo deveria dizer o porquê. A população tem o direito de ser informada. Agora, se for pelo motivo que vem sendo ventilado, que é alinhamento político, comportamento político das Forças Armadas, nós estamos em um campo extremamente perigoso, que não pode acontecer, como a politização partidária das Forças Armadas.

Estamos caminhando para a politização das Forças Armadas?

Não sei se caminhando para isso, mas se existe esse desejo, isso aí é abuso inaceitável da politização das Forças Armadas. As FAs não são instrumento de intimidação política, pressão política, de projeto de poder pessoal.

Na reunião de comandantes militares com o novo ministro da Defesa, Braga Neto teria dito que "missão dada, missão cumprida", especula-se que se refere à uestão de Bolsonaro querer que as FAs ajudem no que ele considera "missão de permitir a circulação dos brasileiros, sem l ockdown". Isso é possível?

Primeiro lugar: esse negócio de missão dada, missão cumprida, eles têm de dizer qual é a missão, para nós

entendermos. Se não me diz qual é, ficamos na especulação. Outra coisa que eu vejo é que o Exército não é instrumento para resolver questões políticas nem jurídicas. Então, se você tem diferença com o governador, resolva com o governador, não tem nada a ver com as Forças Armadas. Nós temos assistido, há muito tempo, a que qualquer desavença, crise entre Poderes, o Executivo já fala em Forças Armadas. Foi uma distorção ou é uma falta de capacidade política de resolver as coisas.

Julga que Bolsonaro estava preparado para o cargo?

A campanha política é o momento em que os candidatos fazem suas colocações. Infelizmente, não tivemos muitas colocações, porque não houve debates qualitativos, até devido ao atentado à vida do atual presidente. Não teve discussões qualitativas, foi apenas uma briga ideológica. Bolsonaro falou o que a população queria ouvir, como o combate à corrupção, Lava-Jato, Sergio Moro, criminalizar a política. Mas ele não disse como ia fazer, porque não houve esse tipo de discussão.

A campanha foi rasa ?

Muito rasa, então, quando começou o governo, a prática mostrou que não tinha um projeto sólido. Ele tinha uma ideia, mas não um projeto. O único projeto que nós vemos é de reeleição.

A reforma ministerial, agora, teria um objetivo de ajudar o residente a se reeleger?

Na área política, sim - uma nova ministra na Secretaria de Governo para ter articulação política, porque isso tudo são arrumações políticas. Agora, nessa parte de Forças Armadas, não tem sentido vincular apoio político com reforma em comando de Forças Armadas. Tem muita gente dizendo que ele mudou, também, as Forças Armadas com o seguinte raciocínio: "Olha, se der errado na política, eu me sustento com o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e posso partir para o enfrentamento com os governadores, colocando os exércitos nas ruas para garantir a livre circulação das pessoas. O que garante a sustentação política dele são seus eleitores. Agora, você tem de governar. Forças Armadas não são para sustentação política.

Há uma mensagem rodando nas redes sociais que diz "Força Brasil", convocando as pessoas para amanhã (hoje), aniversário do movimento de 1964, fazer um chamamento militar na frente dos quartéis, pedindo

intervenção militar, com Bolsonaro no comando. Como o senhor vê isso?

Não tem sentido. Se quer comemorar, por considerar que vale a pena, por ser um seguidor e gostar do que aconteceu, pensou que o Brasil viveu um período necessário, não tem problema. Agora, você exigir e querer uma nova intervenção militar com Bolsonaro no poder é desconectado da realidade. As FAs não são ferramenta de aventura política.

Uma crise militar está perto?

Acredito que não, porque os comandantes, todas essas pessoas que estão na fila para os cargos, são altamente preparados, com formação e mentalidade institucionais e têm convicção do prejuízo que é o envolvimento político das Forças Armadas. Sabem que as Forças Armadas não estão aí para se comprometer com jogo de poder e interesses pessoais, políticos etc.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Ricardo Salles, a bola da vez

AUGUSTO FERNANDES/INGRID SOARES

As acomodações feitas pelo presidente Jair Bolsonaro em seis ministérios, nesta semana, serviram para aliviar, pelo menos um pouco, a pressão do meio político contra a gestão dele, em especial dos partidos do Centrão, que vinham ameaçando virar as costas contra o mandatário em meio às dificuldades do Executivo em controlar a pandemia da covid-19. Num aceno às legendas, o chefe do Planalto trocou o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e entregou ao PL a pasta responsável pela articulação política do Planalto com o Congresso. Apesar das várias mudanças, Bolsonaro não descarta outras modificações.

No momento, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é o que mais corre risco de ser substituído. O caso dele assemelha-se ao de Ernesto Araújo, pois é tido no meio político como um expoente da ala ideológica do Planalto que compromete a imagem do Brasil perante a comunidade internacional, assim como o chanceler.

Nas últimas semanas, Araújo foi bastante criticado por parlamentares, que pressionaram Bolsonaro a exonerá-lo por conta da postura ideológica do diplomata no trato da política externa e da incapacidade dele de firmar acordos para a compra de vacinas. Salles, por sua vez, é constantemente acusado por deputados e senadores de promover um desmonte na agenda ambiental brasileira, de não apresentar medidas para evitar queimadas e desmatamento ilegal nos biomas do país e de afastar o Brasil de organismos internacionais voltados ao meio ambiente.

Se antes Bolsonaro se opunha à troca de ministros mais "ideológicos", para não abrir mão das pessoas que cultuam os seus valores conservadores, agora reconhece que, para manter algum grau de governabilidade, não pode insistir na continuidade de subordinados que comprometam a avaliação da sua gestão. Dessa forma, Salles pode deixar o Executivo, caso o mandatário sinta a necessidade de melhorar a própria imagem.

Mudanças

No Congresso, até parlamentares que compõem a base do Executivo reconhecem que mais mudanças ministeriais devem acontecer. Segundo o deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES), vice-líder do governo na

Câmara, as modificações acontecerão "sempre que for necessário algum freio de arrumação". "O governo está no terceiro ano de mandato, e alguns ajustes são necessários. Isso é normal, não tem nada demais. É como uma partida de basquete. É hora de olhar para o banco, repor as peças e jogar o último quarto", comparou.

O deputado Jose Mario Schreiner (DEM-GO), também vice-líder do governo na Câmara, enfatiza ser "uma decisão do presidente promover mudanças se houver necessidade". "Mas tudo o que estamos vendo acontecer é salutar ao governo. E sendo salutar ao governo, também é a toda a sociedade brasileira. Ajustes na equipe são bem-vindos, e nós torcemos para que eles se encaixem no perfil que o governo desenhou e almeja", acrescentou.

Bancada da bala crítica troca Deputados da "bancada da bala" e 11 entidades representativas de profissionais da Segurança Pública elaboraram uma nota conjunta para "expressar discordância" à nomeação do delegado da Polícia Federal Anderson Torres como ministro da Justiça. Na carta endereçada ao presidente Jair Bolsonaro, os signatários afirmam que Torres, quando foi secretário de Segurança Pública do DF e chefe de gabinete do ex-deputado federal do PSL Fernando Francischini, demonstrou "atuação parcial". "O reiterado precedente de sua atuação junto ao Poder Legislativo Federal bem como a sua gestão junto à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostram, ao entender destes parlamentares e destas entidades nacionais, a sua atuação parcial e conseqüente desarmonia entre as instituições de segurança pública", afirma a nota.

Presidente manda, mas não lidera (2)

ANÁLISE: Carlos Melo, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO INSPER

Somente os próximos dias tornarão o cenário, gradativamente, menos opaco. A decisão do presidente da República em remodelar profundamente o seu governo causou surpresas (muitas), espantos e suspeitas. O anúncio das mudanças foi frio, seco; menos que burocrático pareceu indiferente. O País se assusta, mas ninguém se digna dizer o que, afinal, se pretende.

O governo mudará de rumo, abandonando a penca de erros que tem cometido, ou o presidente deseja apenas encontrar quem lhe sirva mais fielmente? Para o que serve e a quem serve mesmo a **reforma ministerial**?

Em nenhuma área essa pergunta parece mais crucial do que no Ministério da Defesa. Nas circunstâncias por que passa o País, a demissão do ministro Fernando Azevedo e Silva foi muito mais ruidosa que as demais, pois em seu nevoeiro podem se esconder os maiores perigos para a democracia.

As informações ainda são incompletas; tudo o que se tem é o que o jornalismo profissional e independente conseguiu coletar no primeiro momento. A impressão mais consolidada, porém, indica haver conflitos entre a visão equivocada do presidente da República - de que teria um Exército para chamar de seu - e a posição deixada, como pista, pelo agora exministro em seu curto documento de despedida: "A preservação das Forças Armadas como instituições de Estado".

Naturalmente, dadas as características da caserna e a disciplina militar, os conflitos não são públicos. Mas os bastidores revelam que as mais elevadas patentes da ativa têm resistido às investidas de um Comandante Supremo insensível à Constituição.

Por tudo o que diz e faz, por seus sinais, é plausível acreditar em versões desfavoráveis a Bolsonaro.

Talvez não compreenda é que, mesmo detendo o mando do governo, a liderança política não se resume à dominação burocrática.

Se Bolsonaro precisou demitir o general Azevedo, se guarda com o comandante Edson Pujol diferenças que lhe exigem uma espécie de intervenção na cúpula, é porque já não lidera, já não conduz. É porque não tem sido capaz de se impor pelo exemplo.

ANÁLISE: Carlos Melo, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DO INSPER

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Presidente usa trocas para navegar em mares mais turbulentos (2)

ANÁLISE: Rafael Cortez, DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA E SÓCIO DA TENDÊNCIAS

A perda de capital político do governo Bolsonaro já foi detectada por diversas pesquisas de opinião pública. A estratégia de comunicação e de conflitos com os governadores parece não ser mais suficiente para proteger a imagem do presidente em um quadro de agravamento da pandemia. O aspecto econômico é especialmente perverso com segmentos mais vulneráveis, especialmente em um cenário de fragilidade do mercado de trabalho e aumento do custo de vida. O piso de 30% da popularidade presidencial parece não mais representar uma base segura de apoio. Dois mil e vinte e um começa com uma difícil combinação de aumento da crise de saúde pública e menor potencial dos remédios para minimizar os efeitos econômicos e sociais diante das amarras orçamentárias.

A recente **reforma ministerial**, em boa medida, parece ser a resposta desenhada pelo presidente para navegar nesses mares mais turbulentos.

Há basicamente dois tipos de respostas possíveis para um quadro de enfraquecimento de uma administração: 1) A aposta no processo político como construção de apoio ou 2) Utilização de força e/ou regimes de exceção. A questão-chave para o balanço de riscos para a política brasileira parece entender o peso desses dois movimentos na estrutura de preferência do presidente e dos seus apoiadores mais próximos.

Mais do que a arrumação demandada pelo mundo da política, as mudanças parecem refletir que o próprio presidente enxerga riscos relevantes para o seu mandato.

A reforma entrou fundamentalmente em pastas associadas à estrutura jurídica em torno do governo e da dimensão repressora do Estado. Tal foco sinaliza pouca disposição no aprimoramento das políticas públicas desenhadas pela atual administração, incluindo aquelas associadas à pandemia.

O contexto político em torno da reforma confirma que os dois tipos de respostas tiveram presentes nessa reconfiguração. De um lado, a indicação de uma parlamentar para a Secretaria de Governo indica preocupação com o desgaste mais recente com o

Poder Legislativo, especialmente pronunciado na Câmara. A menção ao "remédio amargo" por parte do presidente Arthur Lira gerou impacto. Por outro lado, o discurso do ex-ministro e general Fernando Azevedo e Silva mostra a disposição política do presidente em reforçar os vínculos entre os militares e seu projeto de poder.

De forma estilizada, a escolha pela política se traduz na dependência do Centrão. A celeuma em torno do orçamento foi bastante representativa dos efeitos do governo fraco com insegurança sobre o destino do mandato. A opção pelo estreitamento entre militares e exercício de poder traz ameaça ao jogo democrático. As trocas no Ministério da Defesa e postura dos comandantes das Forças de colocar o cargo à disposição indicam que o modus operandi presidencial trouxe um dilema institucional para as Forças Armadas, retratando tal tensão institucional.

As trocas ainda não indicam uma saída das forças do governo - vide o número significativo de nomes ainda presentes no governo e nos espaços da burocracia pública.

Os resultados do governo Bolsonaro contam com o DNA dos militares. Esse rearranjo, contudo, parece indicar mais fraqueza do vínculo do que chance de apoio ao conflito fora do jogo. De todo modo, a transição eleitoral é a "prova do pudim" da relação entre política e militares.

Os dois caminhos parecem ter efeitos limitados na reconstrução do governo. Mais uma vez, o objetivo é menos voltado para políticas públicas e mais para manutenção de poder diante da crise institucional e dos seus efeitos para minimizar a perversa realidade da pandemia.

ANÁLISE: Rafael Cortez, DOUTOR EM CIÊNCIA POLÍTICA E SÓCIO DA TENDÊNCIAS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mourão descarta chance de "ruptura institucional"

Em seguida ao anúncio da saída dos comandantes de Exército, Marinha e Aeronáutica, o vice-presidente Hamilton Mourão descartou qualquer risco de ruptura institucional com as mudanças em curso nas Forças Armadas.

Ao blog da jornalista Andréia Sadi, no portal G1, Mourão buscou tratar com naturalidade as modificações conduzidas pelo presidente Jair Bolsonaro - o anúncio ocorreu ontem, na esteira da **reforma ministerial** do dia anterior, quando o então ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, foi demitido por Bolsonaro.

- Zero. Pode botar quem quiser (nos postos de comandos das Forças), não tem ruptura institucional. As Forças Armadas vão se pautar pela legalidade, sempre.

Mourão é general da reserva. Até ontem, o Exército era comandado por Edson Pujol, que entrou em rota de colisão com Bolsonaro e foi um dos pivôs da crise que levou à troca de gestão da Defesa.

Militares da reserva ouvidos pelo GLOBO afirmaram que a crise levará ao isolamento de Bolsonaro diante do comando das Forças Armadas e fará com que o Exército, cuja presença em postos do governo é maior em relação à Marinha e à Aeronáutica, se distancie da gestão.

Um general que já trabalhou no governo avalia que a instituição deixou de lado a postura passiva, que permitia ao presidente passar a impressão de que tinha o aval da tropa para as suas falas. Agora, com a decisão de Pujol de não ceder ao alinhamento que Bolsonaro pretendia impor, ficou clara a separação, na sua visão.

Oficiais acreditam que dificilmente um militar da ativa aceitaria neste momento cargo no primeiro escalão do governo, como aconteceu com o general Eduardo Pazzuello, nomeado ministro da Saúde no ano passado.

Para um general da reserva, o presidente pode ter problemas até para colocar em prática eventuais operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como a que foi implantada na Amazônia no ano passado para combater o desmatamento ilegal.

Quando requisitados, os comandantes poderiam impor empecilhos para colocarem suas tropas em ação, como a exigência de recursos, o que na prática impediria a operação. (Colaborou Sérgio Roxo)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novos ministros devem estreitar relação entre o GDF e o Planalto

A **reforma ministerial** feita pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) nesta semana colocou dois nomes da política do Distrito Federal no primeiro escalão nacional. A ida de Anderson Torres da Secretaria de Segurança Pública para o Ministério da Justiça e da deputada federal Flávia Arruda (PL-DF) para a chefia da Secretaria de Governo confirmam que as recentes mudanças no cenário, como a eleição de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara, fortaleceram atores do cenário local.

Nos bastidores, a avaliação de parlamentares e de nomes ligados ao poder no Distrito Federal é de que é inegável que as mudanças dão força para o governo local e devem facilitar o trânsito para pleitos do DF com o Palácio do Planalto. O movimento reforça a postura do governador Ibaneis Rocha (MDB) de evitar desentendimentos com o presidente. Chegou a haver um movimento para que Ibaneis se filiasse ao PP, presidido por Ciro Nogueira, e pleiteasse uma posição como candidato a vice de Bolsonaro em 2022. A ideia arrefeceu, mas não está completamente fora de questão.

O cientista político André Rosa ressalta que a chegada de dois nomes do DF ao ministério consolida lideranças da capital em posição de destaque no cenário nacional. "Isso é interessante para o DF, porque o coloca em altos postos do poder. É bom para o DF para termos players no âmbito federal no mais alto escalão e estimula outras lideranças a buscar ocupar esses espaços", defende.

Rosa destaca que a posição ocupada agora por Flávia Arruda pode facilitar a busca por investimentos para a capital, pois a parlamentar mantém bom diálogo com o governo local. "O DF vai conseguir ter acesso maior às lideranças. A Segov é importantíssima para o DF porque hoje, pela forma como estão distribuídos os recursos para os estados, governadores precisam de contato com o Governo Federal para conseguir mais", observa. "A postura do governador também vai nesse caminho. Há divergências, mas há um entendimento e alinhamento de ambas as partes, o que pode ser bom para Ibaneis conseguir recursos para Brasília e mais agendas com o Planalto."

Laços mantidos

Anderson Torres trocou a secretaria de Segurança

Pública pelo Ministério da Justiça, mas continuou sendo ouvido no GDF. Ele defendeu que ficasse à frente da pasta o, até então, secretário executivo, Júlio Danilo Souza Ferreira. Os dois são delegados da Polícia Federal. Ibaneis concordou com a indicação e efetivou Ferreira no cargo. No início do mandato, o governador buscou a bênção de Bolsonaro para a escolha de Anderson.

A manutenção de um nome próximo ao agora ministro é um sinal de que o diálogo entre as pastas local e nacional seguirá aberto. O novo secretário afirmou que a gestão será de continuidade do trabalho conduzido por Anderson (leia Três perguntas para).

Uma fonte próxima ao governador e ao novo secretário garantiu que a única mudança mais significativa na segurança será a troca do comando da Polícia Militar. Ainda não há um nome definido. Policial militar da reserva, o deputado distrital Hermeto (MDB), líder do governo na Câmara Legislativa, participará do processo de escolha do novo comandante.

Substituto

Na Câmara dos Deputados, Flávia Arruda será substituída por Laerte Bessa (PR). Bessa deixou a Câmara em 2018 e chegou a ser cotado para assumir um cargo no governo Ibaneis, mas ficou fora do quadro. O parlamentar se afastou dos holofotes em 2020. A última aparição de destaque de Bessa foi um registro, em vídeo, de ameaça dele a um porteiro do prédio em que mora, em novembro de 2019.

Flávia Arruda estava na presidência da Comissão do Orçamento, o que já abriu portas para que o DF conseguisse emplacar recursos na previsão do Governo Federal. Entretanto o texto do grupo presidido por ela foi aprovado na semana passada, e um novo presidente já seria eleito em breve para comandar as discussões para a peça de 2022.

Qual será a linha da sua gestão?

A ideia é dar continuidade ao trabalho. O doutor Anderson conduziu sempre muito bem a secretaria. Isso se vê pelos resultados obtidos e pelos projetos em andamento. As palavras principais são continuidade e aprimoramento. Temos uma equipe bem coesa e vamos trabalhar juntos em busca de

melhora dos índices.

A ida do ex-secretário Anderson para o Ministério da Justiça abre portas para o DF?

A presença dele no governo federal vai também estreitar os laços. O Ministério da Justiça pode ter esse vínculo direto. Isso possibilita não só que se possa trazer recursos, mas também que o DF possa ser um ambiente aberto para os projetos desenvolvidos lá. A ida dele para o ministério não só coroa o trabalho na secretaria como traz benefícios para o DF.

Houve um trabalho em busca de pacificação entre as corporações até agora. Isso seguirá como prioridade?

Uma grande marca da gestão foi a integração das forças. Isso impacta diretamente nos bons índices. Quando se tem forças trabalhando de forma integrada, os resultados que temos são positivos. Esta é uma das metas que vamos continuar perseguindo e trabalhando de forma conjunta. A própria diretriz é que continuemos numa política de integração.

Site: <http://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/03/4915158-novos-ministros-devem-estreitar-relacao-entre-o-gdf-e-o-planalto.html>

No Twitter, reforma ministerial de Bolsonaro rendeu mais comentários que a Covid-19

A **reforma ministerial** feita na segunda-feira por Jair Bolsonaro motivou 430 mil publicações no Twitter até ontem. O número foi maior, por exemplo, do que as menções sobre o avanço da pandemia de Covid-19 pelo país: 420 mil. Os números são da consultoria Arquimedes, que monitora as redes sociais.

As mudanças ocorreram no momento em que o país vive o ápice da pandemia, com média de 2.600 mortos por dia. Na segunda, data da troca dos nomes de seis ministérios, foram 1.969 vítimas pela doença.

Site: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/no-twitter-reforma-ministerial-de-bolsonaro-rendeu-mais-comentarios-que-covid-19.html>

Comandantes da Defesa foram surpreendidos com demissão

Estadão Conteúdo redacao@diarioam.com.br

Brasília

A reunião dos comandantes Edson Leal Pujol (Exército), Ilques Barbosa Júnior (Marinha) e Antônio Carlos Bermudez (Aeronáutica) com o novo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, ontem, foi marcada por frases duras e tapas na mesa. Os três foram demitidos por não concordar com a politização das Forças Armadas desejada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Braga Netto chegou ao encontro com a ordem de dispensá-los. Abriu a reunião com esse **comunicado**. Disse que as mudanças eram para o "realinhamento" das Forças Armadas com Bolsonaro e a manutenção do apoio ao governo. Os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica já planejavam entregar os cargos em solidariedade à demissão do general Fernando Azevedo e Silva do Ministério da Defesa, no dia anterior, mas os dois últimos consideravam até mesmo ficar a depender do teor da conversa. O substituto de Azevedo, porém, não deu tempo para que eles anunciassem a decisão. O novo titular da Defesa entrou no gabinete com a demissão dos três comandantes pronta.

A portas fechadas houve várias contestações sobre a forma como a dispensa foi feita. Um dos oficiais questionou duramente Braga Netto ao lembrar que as Forças Armadas são instituições de Estado, e não de governo. Em recentes manifestações, porém, Bolsonaro tem se referido ao Exército como "meu Exército", contrariando a caserna.

O Estadão apurou que o mais exaltado na reunião foi o almirante Ilques. Conhecido por colegas por ser um cavalheiro, muito educado, Ilques perdeu a paciência e elevou a voz. Quando o tom subiu e o clima ficou ainda mais tenso, os ajudantes de ordens foram saindo "à francesa" do gabinete.

Os oficiais já haviam combinado no dia anterior, após a demissão de Azevedo, que não dariam nenhum passo que pudesse violar a Constituição ou caracterizar interferência em medidas tomadas por governos estaduais durante a pandemia de covid-19, como o lockdown. As Forças Armadas também deixaram claro que jamais concordariam com ingerência no Legislativo e no Judiciário.

Na lista das seis mudanças ministeriais promovidas por Bolsonaro na segunda-feira, 26, a que mais surpreendeu foi justamente a saída de Azevedo, definido por seus pares como um ministro competente e sensato. Azevedo foi assessor especial do ministro Dias Toffoli quando o magistrado presidia o Supremo Tribunal Federal (STF).

No ano passado, por exemplo, Bolsonaro chegou a participar de uma manifestação diante do Q.G do Exército que pedia a volta do Ato Institucional n.º 5 (AI-5), o mais duro da ditadura militar, e o fechamento do Congresso e do Supremo.

Site: <https://d24am.com/jornais/diario-do-amazonas/31-03-2021-2/>